

IRÃ NETANYAHU E TRUMP CANTAM
VITÓRIA NA "GUERRA DOS 12 DIAS", MAS
O REGIME DOS AIATOLÁS E O PROGRAMA
NUCLEAR SOFRERAM POUCOS DANOS

REIDORIO O EMPRESÁRIO ALEXANDRE
ACCIOLY ESTÁ POR TRÁS DE GRANDES
EMPREENHIMENTOS E DAS MAIORES
POLÊMICAS NA CAPITAL FLUMINENSE

CartaCapital

CartaCapital

30
ANOS

cartacapital.com.br

ANC XXX Nº 1388
R\$ 21,90
2 DE JULHO DE 2025



basset
editora

AGRO TÓXICO

REPRESENTANTE DE UM SETOR QUE RECEBE BILHÕES EM
SUBSÍDIOS E QUASE NÃO PAGA IMPOSTOS, A **BANCADA DO BOI**
LIDERA NO CONGRESSO A SABOTAGEM AO PAÍS



FENAE COM ELAS



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas. Doe e ajude!

Talvez você ainda não saiba, mas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

A cada 6 horas, uma mulher é assassinada. Na maioria dos casos, os sinais vieram antes: humilhações, controle, isolamento, agressões verbais.

O homicídio contra a mulher (feminicídio), é o ponto final de um longo ciclo de violência que pode – e deve – ser interrompido.

Por isso, a **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)** entrou em ação!

Aderimos à mobilização nacional **Feminicídio Zero**, do Ministério das Mulheres, e fomos além: lançamos a campanha **Fenae com Elas** e criamos, em todo o país, uma rede de empoderamento, conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher.





FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao



Quase 150 cidades gaúchas voltam a ser castigadas com inundações. Pág. 28

6 CARTA AO LEITOR
7 A SEMANA
9 FRED MELLO PAIVA
17 CLAUDIO COUTO

Seu País

18 SEGURANÇA Deputados querem proibir o uso de câmera corporal como prova contra policiais
22 RIO DE JANEIRO Accioly faz fortuna com a privatização do espaço urbano na cidade
26 AMAZÔNIA Projeto foca na recolocação profissional de refugiados na região
28 RIO GRANDE DO SUL Um ano após a tragédia, o estado volta a ser afetado por enchentes

Capa: Pilar Velloso.
Fotos: iStockphoto

30 BELO HORIZONTE Damião aproxima-se cada vez mais da extrema-direita
32 BOLSA FAMÍLIA Três em cada quatro empregos formais são ocupados por beneficiários do programa

Economia

34 CÂMBIO Segurar o dólar é bom para a economia, mas o custo é elevado
37 ADALBERTO VIVIANI
38 PROPAGANDA O calote da dívida pública não passa de um Conto da Carochinha

Nosso Mundo

40 ORIENTE MÉDIO O tom triunfalista de Netanyahu e Trump não condiz com os resultados do ataque ao Irã
43 ALDO FORNAZIERI
44 ANÁLISE A reconexão com vizinhos árabes é uma alternativa para Teerã manter intacto o seu projeto político
46 ARGENTINA Vítima de lawfare, Cristina Kirchner mimetiza a campanha de apoio a Lula no Brasil



Plural

48 SÃO JOÃO NA FOGUEIRA

MOVIMENTOS PELO "FORRÓ AUTÊNTICO" TENTAM CONTER A DESCARACTERIZAÇÃO DAS FESTAS JUNINAS NO NORDESTE

50 LITERATURA O motor ainda vivo de Eco
52 PROTAGONISTA As memórias de Luiz Schwarz
56 AFONSIÑO 57 SAÚDE Por Elnara Negri
58 CHARGE Por Venes Caitano

10

ARAME FARPA DO EM MEIO À CRESCENTE TENSÃO COM O AGRONEGÓCIO, O GOVERNO LANÇA O NOVO PLANO SAFRA

DIRETOR DE REDAÇÃO: Nino Carta

REDATOR-CHEFE: Sérgio Lúrio

ED-TOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins

CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Bulcão

ED-TORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond

REPORTER ESPECIAL: André Barcellos

REPORTERES: Fabiano Mendonça (Brasília), Mariana Sestini

e Maurício Trussardi (Rio de Janeiro)

DIRETOR DE ARTE: Flávio Valença

CHEFES DE ARTE: Mariana Ocho (Projeto Original) e Regina Assis

DESIGN DIGITAL: Mônica Ferreira Perito Nievich

FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)

REVISOR: Hassan Ayoub

COLABORADORES: Adalberto Viana, Monique, Alcio Fomazini, Alisson Oliveira,

Armando Queiroz, Arthur Chaves, Arthur Hartmann, Augusto Diniz,

Carlos Henrique Camargo da Cunha de Mello Bulcão, Claudio Bernabucci (Roma),

Cláudio Couto, Doraide Viana, Cristina Serra, Diana Inagi, Fábio Mascarenhas,

Fred Mello Pires, João Paulo Choukroun, Kellen Falcão Vitor, Leonardo Duarte-Ribeiro,

Ligia Bahia, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcelo Miranda,

Maria Fernanda Viana, Marjorie Marano, Murilo Mattos, Orlindo Costa Jr.,

Paula Sampaio, Paulo Cesar Soares, Paulo Rogério Batista Jr., Pedro Serrano,

Renato Mainilho, Rendi-Ruschel, Raul Yonnes e Sylvia Colombo

LUSTRADORES: Eduardo Baptista, Severo e Venes Catano

CARTA ONLINE

ED-TOR-EXECUTIVA: Thais Rios Oliveira

ED-TORES: Alana Rangel, Gaudêncio Xavier e Leonardo Nizze

ED-TOR-ASSISTENTE: Gabriel Andre

REPORTERES: Ana Luiza Rodrigues Brasil (CartaEducação),

André Costa Lucena, Vinícius Nunes Souza e Wendell Lima do Carmo

VIDEO: Carlos Mello, Mariana de Lima Magalhães (Editoria)

ESTAGÁRIAS: Ana Luiza Santiago

REDES SOCIAIS: Caio César

SITE: www.cartacapital.com.br

basst

editora

EDITORIA BASSET LULA: Rua da Consolação, 861, 10º andar,
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone: (11) 3174-0150

PUBLISHER: Mariana Carta

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viana

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Maria Lúcia da Silva

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello

GERENTE COMERCIAL: Rosana Luiz Diniz

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sane

NOVOS PROJETOS: Demeinês Santos

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Mello

CONSULTORES: LORETTA C. Espinoza Gerente de Negócios

EQUIPE ADM IN-STRUTIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva Ortega e Rita de Cássia Silva Pires

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

RIO DE JANEIRO: Lise Santiago, (21) 2556-8888/2245-8880,

www.getgoodnegocios.com.br

BAHIA/PERSE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Chaves,

(71) 9817-6800/Luz Freire, (71) 9817-6815, canal@canal.com.br

CEP: ANA/RN: Agência Comunicação, (85) 3224-2267,

agencia@agencia.com.br

MG: Maria André Vitor, (31) 99883-2961, mariaandrevitor@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S

Rua Amélia de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010

www.actualize.com.br, Telefone: (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se

responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não

constantemente de expediente não têm autorização para falar em nome da CartaCapital ou

para retirar qualquer tipo de material sem autorização em seu poder carta em papel

impresso assinada por qualquer pessoa que esteja de expediente. Registro nº 178.584,

de 23/8/84, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de

acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Rualindia Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo: Distribuidora e Logística Ltda. (SP/L)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CARTAS CAPITAIS



PARCEIROS NO CAOS

 Faz quase dois anos que Israel bombardeia Gaza. Os palestinos estão sofrendo com desnutrição e doenças infecciosas, sem ter ao menos água para beber, raspando comida do chão e morrendo queimados enquanto dormem. E a ONU não nada fez. Cadê as sanções e respostas severas contra Israel?

Rosana Silva

 Trump mete bomba num país claramente apoiando o outro, e depois vem com papo de cessar-fogo? Os EUA certamente estão lucrando com isso.

Jackson Nascimento

 Não houve acordo. Houve uma mentira tweetada. O jornalismo precisa parar de legitimar esse tipo de comportamento. Acordos não são feitos pelo Twitter.

Camila Gelfuso

 Você pode não gostar de um governo, mas nunca, na história, a remoção de um poder por uma potência estrangeira resultou em uma vida melhor para a população do país invadido. Sempre entra algo pior.

Felipe Silva

 Diante do atual cenário no Oriente Médio, o mundo constata aquilo que já se sabia: vivemos a era da perda da civilidade e da diplomacia, onde importa a lei do mais forte. Quincas Borba estava certo: "Ao vencedor, as batatas!"

Erivan Santana

O DEPOIMENTO DE BOLSONARO

 A desinformação e o ódio são os verdadeiros pais do bolsonarismo. Essa aberração política só pôde florescer graças ao ambiente fértil das redes sociais. Foi nelas que os golpistas da era digital articularam sua trama, confiantes no poder de convencimento do chamado gabinete do ódio e suas ramificações. A operação sustentou-se na ideia de um Brasil abandonado, onde instituições democráticas e poderes constituídos seriam obstáculos à implantação de um regime de exceção, que, para os fanáticos, seria a realização da "vontade divina" na Terra Brasilis.

Williams Costa Cantanhede

 Bolsonaro sempre demonstrou desprezo pelas instituições democráticas, desde seus tempos como deputado. Seu discurso de outsider encantou parte do eleitorado despolitizado e desesperançado, que de forma suicida preferiu arriscar seu futuro com alguém tão sem noção, em vez de simplesmente anular o voto. E se tivesse dado certo o golpe? O que estaria reservado aos cidadãos comuns que ousassem ter opinião contrária ao novo regime? Certamente, um fim trágico. Nossa soberania e todos os direitos garantidos conquistados historicamente seriam sepultados juntamente com as vítimas. A democracia pode não ser um regime perfeito, mas não há alternativa melhor. A condenação e a prisão de Bolsonaro e seus assessores não seriam apenas uma questão judicial, mas um dever histórico.

Paulo Sérgio Cordeiro Santos

JOGADA ENSAIADA

 Delação é só parte do processo. O que vale mesmo são as provas colhidas pela Polícia Federal. E provas não são anuladas.

Sérgio Pompílio

 Eles farão de tudo para manobrar e evitar a prisão de Bolsonaro, mas não conseguirão. Bolsonaro passará uma boa temporada na cadeia.

Marcelo Rêgo



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 861, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
*Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

Manuela Carta

PUBLISHER



A Bancada do Boi comanda o retrocesso no Parlamento. Netanyahu e Khamenei reivindicam vitória

A GUERRA DO AGRO
E A TRÉGUA NO IRÃ

Em um momento decisivo para o Brasil e o mundo, esta edição expõe três frentes de tensão que moldam o presente e projetam um futuro cada vez mais incerto.

No Brasil, o **AGRONEGÓCIO** segue como o setor mais incentivado da economia, entre isenções fiscais e juros subsidiados. Apesar da montanha de benesses financiadas pelos cofres públicos, o campo gera poucos empregos e paga impostos de menos, enquanto seus representantes no **CONGRESSO** tornaram-se a principal força de obstrução dos avanços ambientais e da justiça fiscal. Na noite da quarta-feira 25, a Bancada do Boi participou ativamente da operação para impor uma derrota acachapante ao presidente Lula e ao ministro Fernando Haddad na derrubada do decreto do IOF. Nos próximos dias, o governo vai anunciar o novo Plano Safra e a frente ruralista exige 600 bilhões de reais, quase 50% a mais do que no ano passado. Com seu peso político e capacidade de pressão é essa mesma turma que cristaliza o retrocesso e bloqueia a possibilidade de um pacto social justo e sustentável.

Enquanto isso, o **BOLSA FAMÍLIA** contradiz outra casta de perversos, os preconceituosos que insistem em afirmar que os beneficiários são vagabundos, viciados no programa. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Caged, contradizem o clichê de quem desconhece a matéria e prefere seguir o discurso de políticos de direita ou dos jornalões desinformados. Dados oficiais mostram que 98% dos empregos formais criados no ano passado foram preenchidos por inscritos no CadÚnico, dos quais 75% recebem o auxílio. Essa história de

dizer que no Bolsa Família ninguém quer trabalhar é uma falácia, diz Luiz Carlos Farias, secretário de Inclusão Socioeconômica do Ministério do Desenvolvimento Social. “Ninguém quer passar a vida toda dependendo do governo. As pessoas apenas querem uma oportunidade para sair da condição de pobreza. São pessoas qualificadas que só precisam de uma oportunidade.” A partir de julho, o governo propõe ajustes para manter o programa sustentável, reduzindo para um ano o período de transição para quem ingressa no mercado de trabalho. A medida exigirá sacrifícios justamente dos que mais precisam.

No cenário internacional, a escalada de tensões no **ORIENTE MÉDIO** ganha novos contornos, agora com a guerra de bravatas entre Estados Unidos, Israel e Irã ameaçando desdobrar-se, mais uma vez, em uma tragédia de proporções imprevisíveis. Embora **DONALD TRUMP** e **BENJAMIN NETANYAHU** tenham adotado um tom triunfalista, nenhum dos dois objetivos anunciados para justificar a ofensiva parecem ter se confirmado: o regime dos aiatolás continua de pé e seu programa nuclear não foi “completamente obliterado” como alardeado pelo presidente dos Estados Unidos. A história das intervenções norte-americanas no Oriente Médio não inspira otimismo. Ao contrário, como sabemos, elas tendem a aumentar a insegurança mundial, a reativar movimentos islâmicos radicais e a agravar as animosidades na região.

Boa leitura!

Incêndios florestais/ Brasa atijada

Quase metade da área queimada no Brasil desde 1985 foi na última década

No ano passado, os incêndios florestais atingiram 30 milhões de hectares no Brasil, marca 62% superior à média dos últimos 40 anos, segundo o Relatório Anual do Fogo do MapBiomas. Desde 1985, 206 milhões de hectares – um quarto do território nacional

– foi consumido pelas chamas ao menos uma vez, o equivalente às áreas somadas de Pará e Mato Grosso. Quase metade da área queimada nesse período foi na última década.

A Amazônia bateu o recorde de incêndios florestais em 2024: foram 15,6 milhões de hectares destruídos. Já o Cerrado é, historicamente, o que apresenta a maior recorrência do fogo: 3,7 milhões de hectares queimaram mais de 16 vezes em 40 anos. Ambos os biomas concentraram 86% dos registros de fogo no período, somando 177 milhões de hectares incendiados.

O Pantanal é outro destaque no relatório: teve 62% de seu território queimado pelo menos uma vez entre 1985 e 2024. Os dados foram obtidos a partir do mapeamento de cicatriz de fogo com imagens de satélite.



O Cerrado é o bioma que apresenta a maior recorrência de fogo

Fim do aperto?

O ciclo de aumento dos juros pode, finalmente, ter chegado ao fim. É o que aponta a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na terça-feira 24. No documento, o Banco Central informa que pretende manter a Selic em seu nível atual por um “período bastante prolongado”, a fim de avaliar se o patamar vigente é suficiente para conduzir a inflação à meta. Na quarta-feira anterior, dia 18, o colegiado elevou a taxa básica de juros em 0,25 ponto porcentual, de 14,75% para 15,0% ao ano.

Marcha da Maconha/ SEM LACRAÇÃO

STF TEM 5X1 CONTRA LEI DE “PREFEITO TIKTOKER” QUE PROÍBE O EVENTO

Rodrigo Manga, o “prefeito tiktok” de Sorocaba, no interior paulista, está próximo de sofrer um revés em sua cruzada contra a Marcha da Maconha. Até a terça-feira 24, cinco ministros do Supremo Tribunal Federal votaram pela invalidação da lei municipal, patrocinada por Manga, que proibiu a realização do evento na cidade. O julgamento foi interrompido após um pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques. Aquela altura, havia apenas

um voto divergente, de Cristiano Zanin. O relator do caso, Gilmar Mendes, votou por declarar a norma inconstitucional, sob o argumento de que ela viola os direitos à liberdade de expressão e de reunião, além de afrontar a jurisprudência do STF. Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Edson Fachin seguiram o voto integralmente, enquanto Flávio Dino o acompanhou com ressalvas – ele defende restringir o acesso de crianças e adolescentes.

Recentemente, Manga foi alvo de uma operação que investiga desvios de verbas da saúde em Sorocaba. Em abril, a Polícia Federal apreendeu 1,5 milhão de reais em espécie, além de diversas armas e dois veículos de luxo. O dinheiro foi localizado em um dos endereços ligados ao bispo Josivaldo Batista e à pastora Simone Souza, cunhada de Manga. Na época, o prefeito admitiu o parentesco, mas negou qualquer responsabilidade no esquema.



Rodrigo Manga é famoso por suas performances nas redes sociais

A Semana

Uribe denunciado

O ex-presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, foi denunciado por suborno e fraude processual. Trata-se do primeiro ex-chefe de Estado do país a enfrentar um julgamento criminal. No centro do processo, iniciado em maio de 2024, estão acusações de que ele tentou manipular depoimentos de ex-paramilitares para ocultar seu suposto vínculo com grupos de combate às guerrilhas. Segundo a acusação dos promotores colombianos, Uribe teria oferecido vantagens a testemunhas em troca de declarações favoráveis. Se condenado, poderá pegar até oito anos de prisão.

Indonésia/ Resgate tardio

O drama da brasileira Juliana Marins expõe o despreparo das autoridades locais para o turismo de aventura

A brasileira Juliana Marins, de 26 anos, foi encontrada morta por equipes de busca na terça-feira 24, após permanecer quatro dias isolada na trilha do vulcão Rinjani, na Indonésia. Ao todo, 48 socorristas participaram da operação de resgate da turista, que estava presa em um penhasco rochoso na Ilha de Lombok. Apesar do número expressivo de profissionais envolvidos, o episódio revelou o completo despreparo da equipe do parque e das autoridades locais para lidar com situações de emergência.

Para começar, a jovem foi deixada para trás pelo guia que a acompanhava. Segundo relatos da família, Juliana sentiu-se cansada durante o trajeto e foi orientada a descansar um pouco antes de retomar a caminhada e alcançar o grupo. Sua localização exata só foi descoberta após turistas espanhóis utiliza-



A jovem foi encontrada quatro dias após sofrer queda em penhasco

rem um drone para procurá-la. O parque não dispunha de equipamentos semelhantes, nem para reconhecimento de área nem para levar itens essenciais à sobrevivência, como água, comida e manta térmica.

Diante da impossibilidade de aproximação por helicópteros, devido às condições climáticas adversas, uma equipe de socorristas precisou descer 600 metros com o uso de cordas até o local onde Juliana foi encontrada. Era tarde demais. Após quatro dias exposta, ela não resistiu à desidratação e à hipotermia. Nas primeiras imagens captadas pelo drone dos turistas, Juliana ainda estava viva, sentada sobre uma fresta da encosta e movendo os braços.

Otan/ CORRIDA ARMAMENTISTA

VON DER LEYEN ANUNCIA EXPANSÃO DE GASTOS EUROPEUS COM DEFESA

Após Donald Trump suspender a ajuda militar à Ucrânia, a Europa decidiu rearmar-se para fazer frente ao avanço da indústria bélica russa. Durante a cúpula da Otan, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou a ampliação dos gastos em Defesa dos países que integram a aliança militar, elevando-os a um patamar mínimo de 5% do PIB.

"A Europa da Defesa finalmente acordou", declarou Von der Leyen. Atualmente, apenas os EUA investem um percentual superior. As demais nações da Otan destinam entre 2% e 3,5% de seus PIBs para esse fim. O aumento nos aportes europeus atende a uma exigência do próprio presidente norte-americano. Há tempos, Trump ameaça retirar os EUA da aliança, acusando os parcei-

ros de não "pagarem suas contas" na guerra da Ucrânia.

Em reação ao anúncio de Von der Leyen, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, afirmou que a Otan está trilhando o caminho de uma "militarização desenfreada". A expansão da aliança militar em direção ao Leste Europeu é uma das razões expostas pelo presidente russo, Vladimir Putin, para a invasão da Ucrânia.



Os países que integram a aliança militar terão de investir 5% do PIB

FRED MELO PAIVA

Damião na Terceira Guerra Mundial

► **Em BH, já está em curso um conflito de escala planetária. E Israel não tem nada a ver com isso**

Olá, estas são as NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO! O semanário de bordo da nossa viagem na maionese. Um bombardeio de drones e mísseis na guerra contra a noção e o bom senso. O Brasil e o mundo em Flatos & Fotos!

RADICAL MODERADO VAI À MARCHA PARA JESUS ENROLADO NA BANDEIRA DE ISRAEL. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, achou normal embrulhar-se para presente com a bandeira do país justamente quando Netanyahu abria nova frente de guerra, além daquela contra crianças e mulheres de Gaza. Acrescente-se a isso o fato de que, para os judeus, Jesus NÃO É o Filho de Deus. E até Jair Bolsonaro, o capiroto, seria mais Messias do que ele. De modo que o governador teria feito melhor se rezasse para o pneu. Contudo, foi aplaudido.

Não foi só isso, no entanto. TARCÍSIO CANTOU LOUVORES EM CIMA DE UM TRIO ELÉTRICO. Aí foi agressivo. Como se sabe, atrás do trio elétrico só não vai quem já morreu (ou não), então o negócio foi aproveitar para dar uma suicidada e voltar mais

tarde, a tempo de escutar o seu sermão, quer dizer, o discurso.

"HOJE É O DIA DA RECONCILIAÇÃO", disse o governador enrolado com o genocídio e a guerra, além do Derrite. "É o dia de louvar, de agradecer, de se humilhar, de orar, de pedir perdão pelos nossos caminhos. E aí, a praga vai embora, o mal se afasta, a gente se reencontra com a prosperidade", seguiu a enrolação.

Segundo o organizador do evento, o "apóstolo" Estevam Hernandes, Tarcísio é "UM PROJETO DE DEUS". Aí a miscelânea até que fez algum sentido: seria Tarcísio o Messias aguardado até ontem pelo povo judeu? Qualquer nova informação sobre isso você acompanha nos plantões de Notícias do Hospício.

E ATENÇÃO! PREFEITO DE BH PRESO EM BUNKER AGRADECE ISRAEL. O povo que acompanha as *lives* do prefeito Álvaro Damião desperdiçou da inevitável pestana ao achar que o

político retornara do *bunker* israelense com a Síndrome de Estocolmo. "Quero agradecer ao Israel", opa, "ao Israel e ao Cristiano, representantes do sindicato dos médicos". Ufa!

Antes, Damião esclareceu que "a gente não foi lá pra participar da guerra, se alguém tivesse avisado eu não teria ido". Nessa ele tem razão. Se Netanyahu avisou Trump sobre o ataque ao Irã, por qual motivo mantivera sigilo com Damião, o prefeito de Macaé e a vice-prefeita de Divinópolis? "Ninguém sabia que ia ter uma TERCEIRA GUERRA MUNDIAL", concluiu. Até o fechamento desta edição de NH, a guerra havia acabado, com a vitória de Israel sobre o Irã e vice-versa.

E ATENÇÃO! URGENTE! ALERTA PARA QUEBRA DE RECORDE! Brasileiro recorre ao *Guinness Book* para ser confirmado como O MAIOR CORNO DO MUNDO! O *influencer* e empresário Wagner Macedo reivindica o posto depois de alcançar a marca histórica de

"mais de cem chifres" ofertados por sua esposa, Bela Mantovani, segundo informações do UOL.

O casal está junto há 16 anos, nove dos quais na trepantina com terceiros, quartos, quintos e, agora, centésimos. "O corno foi exaltado a vida inteira, a música sertaneja prega isso", maceta Macedo. "A gente não precisa ter vergonha."

THAT'S ALL, FOLKS! Voltamos a qualquer momento com novas informações! •





Erva daninha

EM UM CONGRESSO DISFUNCIONAL,
A BANCADA RURALISTA ORGANIZA
OS RETROCESSOS SOCIAIS,
ECONÔMICOS E AMBIENTAIS

por ANDRÉ BARROCAL

O presidente Lula vai lançar nos próximos dias mais um pacote de crédito público com juros camaradas para financiar a produção agropecuária. O novo Plano Safra terá um volume recorde de dinheiro, segundo um integrante da equipe econômica, como ocorreu nos anos anteriores – 435 bilhões de reais em 2023 e 476 bilhões em 2024. Fala-se em ao menos 500 bilhões de reais. Os produtores pedem mais: 600 bilhões. O campo desfruta ainda de isenções fiscais anuais de 158 bilhões e de um Imposto Territorial Rural, equivalente ao IPTU, feito de pai para filho, e nesses dois casos por obra de vários governos, não só do atual. “Nós patrocinamos o agro brasileiro”, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em 11 de junho no Congresso. Apesar de esbaldar-se em benesses estatais, o agronegócio é a maior força de oposição ao governo, além de esfolar a população com os preços altos dos alimentos. E



A Bancada do Boi esteve na linha de frente da derrubada do IOF, um dos pilares do ajuste de Haddad

tem como uma de suas principais armas nos últimos tempos um escritório de *lobby* que atua nas sombras em Brasília.

A bancada ruralista, cuja cúpula dirigente de 28 congressistas tem dez filiados ao PL de Jair Bolsonaro, esteve na linha de frente da derrubada, na quarta-feira 26, de um decreto de Lula que mudava o Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF. Derrota histórica do governo. Desde 1992, o Legislativo não jogava no lixo um decreto presidencial. A versão original do texto era de 22 de maio e uma outra havia ganhado as ruas em 11 de junho, após Haddad negociar com os comandantes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre. Nessa negociação, o ministro havia colocado na mesa a taxa de 5% de um tipo de papel que o sistema financeiro negocia para reverter em recursos ao setor rural, as LCAs. A taxa consta de uma medida provisória baixada recentemente por Lula e que terá de ser votada por deputados e senadores. Segundo Haddad, a conta do ajuste fiscal tem de ser paga pelos “moradores de cobertura”.



A Frente Parlamentar da Agropecuária, nome oficial da bancada ruralista, peitou o governo com diversas notas públicas tanto após o decreto de maio quanto depois das negociações daquela de junho e da MP. Em uma delas, defendia aprovar uma proposta do líder da oposição na Câmara, o deputado Luciano Zucco, do PL gaúcho, para cassar o decreto lulista do IOF. Foi essa proposta que o Congresso aprovou na quarta 26. Em outra nota, a “Bancada do Boi” dizia que as LCAs são fonte de 43% do crédito privado ao agronegócio e que as isenções de 158 bilhões resultam das renúncias no comércio de insumos agrícolas e de itens da cesta básica. Mudar o quadro encareceria a comida. “Quem vai pagar a conta não é ‘o andar de cima’, mas sim o cidadão”, segundo o texto. Claro: os próprios produtores rurais, que empurram para o preço qualquer custo, a fim de manter os lucros gordos, jogariam a conta para a população, da mesma maneira que cobram no Brasil preços internacionalizados dos alimentos.

“Nunca vi algo tão organizado como essa bancada ruralista de hoje”, comentou um colaborador do governo no Congresso na véspera de o Senado aprovar, em 21 de maio, uma lei para relaxar o licenciamento ambiental, ou seja, para facilitar a devastação de áreas verdes. O projeto depende da palavra final dos deputados. Em 2023, destacava o colaborador, o Congresso havia aprovado uma lei para ampliar o uso de agrotóxicos. O Brasil é campeão mundial na utilização de fertilizantes, conforme dados de 2021 divulgados em 2024 pela FAO, a agência da ONU para alimentação e agricultura. Mais do que Estados Unidos e China juntos.

O poder e a organização da Bancada do Boi que espantam o colaborador governista não seriam os mesmos não fosse uma organização lobista instalada em Brasília e financiada com dinheiro de entidades patronais do agronegócio. Chama-se Instituto Pensar Agropecuária, o IPA. Sua missão tem sido engrossar o coro a favor de medidas econômicas liberais e de corte de gastos federais, tesourada cujas consequências sempre recaem no lombo das classes populares atendidas por políticas públicas. Isso, repita-se, apesar de a agropecuária esbaldar-se em benesses estatais.

O IPA foi criado em 2011, conforme registros da Receita Federal. Existe de fato desde 2008, ano de fundação formal da Frente Parlamentar da Agropecuária, a FPA. Possui 58 filiados, conforme seu site. A direção compõe-se de 11 integrantes, distribuídos entre os conselhos de administração e fiscal. Os postos são divididos entre os vários segmentos do agronegócio, de modo a acomodar o máximo de interesses. A atual presidente, Tania Zanella, empossada em fevereiro, é da Organização das Cooperativas Brasileiras. Seus colegas de cúpula são os produtores de soja, de cana, de boi zebu, de milho e até da Fiesp, entre outros.



O Plano Safra bate recorde atrás de recorde, mas o setor nunca está satisfeito

O instituto se sustenta com verba dos associados. Em 2019, quando tinha 48 filiados, arrecadava cerca de 14 mil reais de cada, cerca de 600 mil por mês, segundo um antropólogo que à época estudou o IPA, Caio Pompeia, pesquisador da USP do Programa de Pós-Doutorado em Antropologia Social. Para Pompeia, o instituto é hoje “o grupo de *lobby* mais influente” do País. Caso o valor individual das contribuições apurado por ele em 2019 seja igual, a arrecadação mensal do IPA seria de cerca de 800 mil reais. *CartaCapital* perguntou ao instituto sobre associados e contribuições. Sem resposta. O dinheiro dos patrocinadores banca um corpo téc-

nico encarregado de produzir dados, informações e discurso político para a bancada ruralista, explicação para a rapidez com que a FPA divulga notas contra o governo. É constante a presença desses técnicos em reuniões no Congresso e no Ministério da Agricultura para discutir medidas e leis no forno.

A sede do IPA em Brasília é a mesma da bancada ruralista, uma casa espaçosa no Lago Sul. Não por coincidência. É tudo uma coisa só. Às segundas-feiras, o corpo técnico do IPA reúne-se para identificar e discutir os assuntos de interesse do agronegócio que estarão na pauta dos três poderes em Brasília durante a semana. No dia seguinte, a bancada ruralista reúne-se no mesmo local para tomar pé da situação e, também, colocar te-

mas na mesa. Em seguida, a turma almoça no casarão. As faces empresariais e parlamentares da “engrenagem que opera no Lago Sul”, anotou Pompeia em um artigo de 2022 baseado nos estudos de 2019, “se mostram interligadas de tal forma que o aprofundamento, no instituto, da convergência de elites privadas do campo implicou, com o auxílio dos agentes técnicos, um conjunto de inflexões no próprio centro de comando da FPA”.

Essas “inflexões” se deram ao longo da década passada. Em suma, a estrutura organizacional da bancada ruralista, com vários diretores e comissões temáticas, passaram a espelhar aquela existente no instituto lobista. A bancada rejuvenesceu, com a troca de líderes mais antigos por outros mais jovens. E estes não necessariamente são produtores rurais. Todos os dirigentes da cúpula da FPA em 2011 tinham bens ligados ao agronegócio. Em 2019, só 43%. “O instituto age de forma planejada para atrair e treinar congressistas jovens dos meios urbanos, com a finalidade de ampliar a influência tanto no próprio Congresso quanto sobre segmentos populacionais que tendem a ver criticamente as elites dos sistemas alimentares”, diz Pompeia no texto de 2022.

O antropólogo constatou uma mudança importante no próprio IPA. A partir de 2017, a agropecuária pura, entendida co-

O INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA TORNOU-SE O MAIS INFLUENTE GRUPO LOBISTA EM BRASÍLIA

mo aquelas atividades realizadas atrás das porteiras das fazendas, perdeu a hegemonia política na entidade. O poder passa à agroindústria e ao agrosserviço. São três as explicações, segundo Pompeia. A verticalização das cadeias produtivas alimentares, algo visto pelo mundo. Os custos de manter o escritório de lobby. E a própria eficiência da organização lobista. É como se o setor rural e seus soldados no Congresso estivessem agora a serviço da agroindústria e do agrosserviço. Estes podem, assim, trabalhar nos bastidores a favor de causas impopulares, como relaxar leis ambientais, enquanto quem dá a cara e apanha em praça pública são os agropecuaristas puro-sangue.

Um rosto da simbiose entre IPA e FPA é o engenheiro agrônomo João Henrique Hummel. Ele foi assessor especial do Ministério da Agricultura de 2003 a 2005,

durante o primeiro mandato de Lula. De 2008 a 2021, foi diretor-executivo tanto do instituto quanto da frente parlamentar. Graças à experiência nos meandros do poder, hoje em dia faz análises políticas para os clientes. Hummel avalia, e comemora, que o Congresso tomou parte do poder do governo devido à explosão de verba de emendas parlamentares. E que o governo Lula está a afundar politicamente. Em 2018, abriu uma consultoria, a Action, que na prática ensina como montar frentes nos moldes da bancada ruralista. Eis uma das razões para a proliferação de organizações pró-capital e livre mercado nos últimos anos.

Ao deixar o IPA e a bancada ruralista em 2021, Hummel tornou-se diretor-executivo de duas outras frentes parlamentares, a do Biodiesel e a do Empreendedorismo. Ambas assinaram nota conjunta com a FPA, em 13 de junho, na qual cobram do Congresso a derubada da medida provisória que amplia a tributação “dos moradores de cobertura”. “Não aceitaremos medidas que penalizem (sic) o produtor rural, o trabalhador e o consumidor para cobrir o descontrole fiscal”, disse na ocasião o presidente da bancada ruralista, Pedro Lupion, do PP do Paraná. Lupion está à frente da FPA desde 2023 e, no fim de 2024, reelegerá-se para mais dois anos. Desde a criação formal da bancada, não tinha havido reeleição.

“A elite rural brasileira se apropriou dessa nova forma de organização – as frentes parlamentares – para estabelecer sua representação de forma mais efetiva no legislativo federal”, afirma um texto publicado em 2023 na *Revista de Sociologia e Política* intitulado “A força da bancada do boi: a Frente Parlamentar da Agropecuária na definição da política fundiária”. O texto resultou de uma pesquisa feita por quatro acadêmicos: Monyele Camargo Graciano, Joelson Gonçalves de Carvalho, Ricardo Serra



Hummel ensina a montar frentes. Lupion comanda a bancada



Borsatto e Leandro de Lima Santos. Segundo o quarteto, a FPA é herdeira dos valores reacionários da tradicional UDR, a União Democrática Ruralista, e leva adiante, ao mesmo tempo, uma agenda de defesa dos interesses patronais das grandes corporações do agronegócio. “Tem concentrado suas ações em proposições que instruem a mudança da legislação trabalhista, fundiária, tributária, indigenista e quilombola, da mesma forma como se empenhou para a aprovar o novo texto do Código Florestal, em 2012”, anotam os autores.

Os senhores que investem contra os direitos dos brasileiros consideram-se vítimas. “Este governo persegue o setor produtivo”, reclamou o deputado Rodolfo Nogueira, do PL do Mato Grosso do Sul, presidente da Comissão de Agricultura da Câmara. A declaração foi feita em um seminário realizado pela bancada ruralista em 10 de junho para debater o Plano Safra. Evento digno de outras notas. O deputado paulista pelo Cidadania, Arnaldo Jardim, um dos vice-presidentes da FPA, comentou: “Estamos sempre lutando para que os trabalhadores do campo tenham o mínimo para conseguir trabalhar”. Jardim não quis, claro, admitir que o campo paga muito mal aos trabalhadores, mas a verdade é que paga. Os empregados do setor rural re-



A sede e a equipe do IPA, que municia a Bancada do Boi e frequenta reuniões com setores do governo

**APESAR DOS
INÚMEROS
BENEFÍCIOS,
A BANCADA
RURALISTA SE FAZ
DE VÍTIMA E
RECLAMA DA
PERSEGUIÇÃO
AO “SETOR
PRODUTIVO”**

cebiam em média 2,1 mil reais em abril, conforme o IBGE, o equivalente a 64% do salário médio geral, de 3,3 mil. Não é um fato isolado ou sazonal. Tem sido assim há anos. Comparação: a indústria pagava 3,3 mil em abril e o comércio, 2,8 mil. O emprego no campo tem ido ladeira abaixo, devido à mecanização. Em 2012, eram 10 milhões de vagas, 11% do total do País. Em abril, 7,6 milhões, ou 7,3%, o pior nível nas estatísticas do IBGE iniciadas em 2012.

No seminário, a senadora Teresa Cristina, do PL do Mato Grosso do Sul, afirmou que “o governo não prioriza o setor que mais impulsiona a economia”. Os ruralistas sentem-se a locomotiva nacional.

UM RETRATO DO SETOR RURAL

Fazendeiros e seus porta-vozes dizem carregar o País nas costas, mas a realidade é o contrário



O Brasil tem **6,6 milhões** de propriedades rurais registradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)*
As grandes são **2,2%**, mas ocupam 61% da área total*
As improdutivas são **52 mil**, ou **23%** da área dos imóveis registrados*

Cerca de **2 milhões** de donos de terras pagam Imposto Territorial Rural por ano**
O ITR arrecadou **3,5 bilhões** de reais em 2024, média de somente 1,750 mil reais por contribuinte**
As isenções fiscais no setor rural atingiram **158 bilhões** de reais no ano passado, 20% do total de renúncias no País***



O PIB da agropecuária foi de **655 bilhões** de reais em 2024, segundo o IBGE, fatia de apenas 5,6% do PIB nacional de 11,7 trilhões****
Cálculos financiados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apontam que a fatia do agronegócio no PIB foi de **23,5%** em 2024. Essa conta inclui atividades na indústria e no setor de serviços que são de alguma forma associadas à agropecuária*****

O campo emprega **7,6 milhões** de trabalhadores.
É apenas **7,3%** do estoque de vagas no País****
O salário médio pago na agropecuária é de **2,1 mil** por mês. Menos do que na indústria (3,3 mil), no comércio (2,8 mil) e na média geral (3,3 mil)*****



As exportações rurais somaram **72 bilhões** de dólares em 2024, o equivalente a 21% das vendas totais do Brasil*****
O saldo comercial do setor respondeu por **90%** do superávit nacional*****

Fontes

*Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Dados de 2020 (número de propriedades) e de 2024 (número de propriedades improdutivas)

**Receita Federal

***Ministério da Fazenda

****IBGE. Contas Nacionais de 2024 (PIB) e PNAD Mensal de abril de 2025 (emprego e renda)

*****Centro de Estudos de Pesquisa Avançada (Cepea) da Esalq/USP

*****Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Assim reagiram durante a divulgação do PIB de 2023. O País havia crescido 3,2% e o agro, sozinho, 16,3%. Em 2024, o setor encolheu 3,2%? E o PIB geral? Alta de 3,4%. A agropecuária pura, desenvolvida nas propriedades rurais, representa entre 5% e 6% do PIB, segundo o IBGE. O assunto ganha complexidade por causa das indústrias e dos serviços associados à agropecuária. A CNA, órgão patronal rural, financia um departamento da USP para calcular o tamanho do agronegócio, no qual se incluem as indústrias e os serviços associados ao campo. Nesse caso, a fatia do setor foi de 23% nos últimos dois anos.

Observa-se a mesma complexidade nas estatísticas do comércio exterior. Na contabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a agropecuária exportou 72 bilhões de dólares no ano passado, 21% das vendas totais do País. O carro-chefe foi a soja, 43 bilhões, atrás apenas do petróleo (45 bilhões), classificado como “indústria extrativa”. Negócios com carnes (bovina, suína e de aves), farelo de soja e açúcar, um bolo de 50 bilhões de dólares, não foram (é assim tradicionalmente) contabilizados na agropecuária, mas como “indústria de transformação”. Categorias à parte, na balança comercial, a agropecuária pode, de fato, reivindicar o papel de locomotiva. Se o Brasil teve 74 bilhões de reais de saldo favorável no ano passado, foi graças ao superávit de 66 bilhões da agropecuária “pura”. Eis uma danação nacional: depender de dólares do agro.

O foco exportador da agropecuária tem potencial para causar problemas sérios aos brasileiros e, portabela, à tentativa de reeleição de Lula. É o que diz uma análise levada ao presidente no início do ano pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner, do PT baiano. Essa análise é de autoria do engenheiro agrônomo Gerson Teixeira, ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária e chefe do



Apesar da pujança agrícola, os salários dos trabalhadores rurais ficam abaixo da média

núcleo agrário da campanha eleitoral do petista em 2022. Segundo Teixeira, o foco exportador tem dois problemas. Um é o avanço do cultivo da soja, que se apropria de áreas que poderiam ser usadas para produzir arroz, feijão e mandioca. O outro é a internacionalização dos preços da comida no Brasil. Tudo somado, a oferta de alimentos é restrita e o preço, alto. Só não teria ocorrido ainda uma crise grave graças à ampliação do consumo de alimentos ultraprocessados. Teixeira sugere restringir ou taxar as exportações (a Índia proibiu as vendas externas de arroz em 2023) e usar o Plano Safra e a Companhia Nacional de Abastecimento para redesenhar a produção nacional.

No início do ano, o senador Beto Faro, do PT do Pará, propôs uma lei pela qual o governo calcularia os preços mínimos para arroz, feijão e milho e usaria esses cálculos para conter o preço final. Teixeira é colaborador do senador. E reuniu

outros dados interessantes sobre o agronegócio e a concentração de terras. Em 2020, apenas 2,2% das propriedades rurais abrangia 61% de toda a área ocupada pelos imóveis registrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural. Em 2024, o sistema identificava 52 mil propriedades improdutivas, cuja área somada era de 23% do terreno total ocupado por aqueles imóveis registrados em 2020. Outra descoberta do agrônomo: é do agronegócio a empresa campeã de isenções tributárias. É a Dairy Partners Americas, conhecida por vender produtos lácteos das marcas Chaminho e Chandelle. A firma é controlada por uma multinacional francesa, a Lactalis. Tamanho da mamata da multinacional: 16 bilhões de reais. Pela exorbitância dos valores, cerca de 10% de toda a isenção do ano passado, a Receita resolveu verificar a situação. Quando cobra imposto de ruralistas, o Brasil é uma mãe. O ITR, tributo devido por dono de terra, rendeu aos cofres públicos 2 bilhões de reais por ano, em média, entre 2015 e 2024, de acordo dados da Receita. Em 2022, exatos 1,987 milhão de contribuintes pagaram ITR, conforme o “Leão”. Significa que cada um recolheu meros 1,4 mil reais, em média (a arrecadação naquele ano somou 2,7 bilhões). A reportagem pediu ao Fisco o número de contribuintes ano a ano de 2015 a 2024 e não foi atendida.

O ministro Haddad está certo: é o Brasil que sustenta o agro, e não o contrário.●

**EM MÉDIA, AS
PROPRIEDADES
RURAIS PAGARAM
1,4 MIL REAIS DE ITR
EM 2022**



Amigos do privilégio

► A maioria do Congresso defende regalias tributárias para os endinheirados

As últimas semanas foram marcadas por um embate acerbado entre o Executivo e o Congresso Nacional, tendo como pivô a disputa em torno da política fiscal. De um lado da disputa, deixado sem alternativas por um Poder Legislativo hostil e produtor de gastos a todo o custo, inclusive (mas não só) mediante emendas parlamentares, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, resolveu botar um bode na sala: o aumento da tributação por meio do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Nenhuma alternativa de ajuste das contas públicas sendo oferecida pelos congressistas, o Executivo decidiu recorrer a um instrumento de sua alçada imediata (o decreto) para tentar tapar ao menos parte do buraco fiscal.

O problema é que o expediente, embora prerrogativa do Executivo, pode ser sobrestado por um decreto legislativo, que foi rapidamente elaborado e pautado em regime de urgência, sob a alegação de assim frear o que seria a sanha arrecadatória de um governo supostamente viciado em aumentar impostos. Na tentativa de superar o impasse, buscou-se um entendimento na reunião dominical entre Haddad e os presidentes das duas casas do Congresso. Dela saíram em júbilo, anunciando um acordo histórico, propiciando maior justiça tributária e, finalmente, levando setores privilegiados, com isenções ou alíquotas irrisórias, a

contribuir. Com isso, atacar-se-iam estruturalmente gastos tributários que inviabilizam qualquer ajuste fiscal.

Contudo, o acordo histórico não durou 24 horas. No dia seguinte, o presidente da Câmara, Hugo Motta, desdisse tudo o que havia alardeado na véspera. Num arreganho juvenil, afirmou que como chefe de um Poder não lhe cabia servir ao projeto político de ninguém – no caso, do governo Lula. Segundo o infante, a proposta tributária do Executivo seria muito mal recebida no Congresso. Voltava-se assim à estaca zero do conflito. O que teria havido para que Motta pudesse revelar-se um político tão firme quanto uma maria-mole de festa junina? Difícil apontar só um fator, mas, certamente, pesaram os *lobbies* de setores econômicos apaniguados por regalias tributárias e o interesse de lideranças partidárias em fragilizar o governo, já visando as eleições de 2026.

Não à toa, Motta e outros congressistas, ecoados por segmentos da imprensa alinhados aos interesses de aquinhoados com regalias tributárias, criticaram a tentativa de redistribuir os custos do ajuste. Reivindicaram, em vez disso, cortes em gastos direcionados aos mais pobres: Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família, saúde e educação. Houve até quem dissesse não ser o caso de cobrar Imposto de Renda das Letras de Crédito do Agropêlo, pois beneficiam um segmento que vai muito bem. Curiosa tal lógica: se um setor econômico prospera muito, não precisa contribuir para as contas públicas. Seguindo-se o raciocínio, tribute-se mais quem não prospera e, portanto, ferro nos pobres. É a moralidade neoliberal com toda a sua crueza.

Embora disputas distributivas conformem uma arena típica do embate esquerda-direita, já que concernem a produzir maior ou menor igualdade, no caso brasileiro a regressividade da tributação é de tal monta que o problema transcende essa polarização. Trata-se de questão civilizatória, atinente a assimetrias superadas há décadas em sociedades não só menos desiguais, mas também menos tolerantes com desigualdades obscenas como as que naturalizamos por aqui.

Os problemas nesta conjuntura dos embates entre Executivo e Legislativo são de duas ordens. Por um lado, trata-se de um conflito distributivo, em que a maioria do Congresso defende privilégios tributários de ricos, enquanto o governo tenta resolver o problema fiscal promovendo um mínimo que seja de justiça fiscal. Por outro, trata-se de uma relação entre os poderes marcada por um novo modo de funcionamento do presidencialismo de coalizão brasileiro, o qual denomino como “governo congressual”. Nesta nova dinâmica, produzida por seguidas transformações institucionais desde 2015, sobretudo relativas ao controle congressual sobre o orçamento, mas não só, o Executivo perdeu a capacidade, que lhe havia sido conferida pela Constituição de 1988, de ditar a agenda legislativa. Hoje é o Congresso que determina.

Não bastasse a nova institucionalidade, temos o Congresso mais à direita desde o fim da ditadura, dificultando ainda mais a vida de um presidente de esquerda, cujas prioridades colidem com as preferências majoritárias e medianas do Legislativo. Se quiser vencer esta batalha, o presidente precisa pautá-la no debate público. •

redacao@cartacapital.com.br



Ode à impunidade

SEGURANÇA Projeto de Lei que veta uso de câmeras corporais como prova contra policiais avança na Câmara dos Deputados

POR MARIANA SERAFINI

A letalidade da Polícia Militar de São Paulo aumentou 61% em 2024, com 813 ocorrências registradas, ante 504 no ano anterior. O crescimento alarmante coincide com o desmonte, promovido pela gestão de Tarcísio de Freitas, de mecanismos de controle da atuação policial. Contrário ao uso de câmeras corporais nas fardas, o governador ignorou inúmeros estudos que atestam a efetividade do equipamento para tornar as abordagens mais seguras, tanto para os agentes quanto para os cidadãos, além de contribuir para o aprimoramento dos procedimentos operacionais. Somente em 2023, foram cortados perto de 35 milhões de reais que seriam destinados ao Programa Olho Vivo. Lamentavelmente, Tarcísio não é uma voz isolada. Por todo o País, sobram lideranças dispostas a enfraquecer essa política pública.

Em meados de junho, a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados somou-se a esse grupo ao aprovar um Projeto de Lei que proíbe o uso das imagens capturadas por câmeras corporais em processos criminais contra policiais. O argumento é de que, pela legislação brasileira, ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo. Especialistas alertam, porém, que esse princípio constitucional não se aplica a policiais no exercício de suas funções, uma vez que, ao vestir

a farda, eles atuam como representantes do Estado, não como cidadãos comuns. De caráter terminativo, o PL 2339/24 pode ser debatido e votado apenas nas comissões permanentes, sem necessidade de passar pelo plenário. Agora, segue para a Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovado, pode ser encaminhado diretamente à Comissão de Segurança Pública do Senado, presidida pelo senador Flávio Bolsonaro, outro entusiasta do fim das câmeras corporais nas fardas.

O autor do projeto é o deputado federal Capitão Augusto, do PL de São Paulo, um dos integrantes da chamada Bancada da Bala, grupo parlamentar que defende interesses corporativos de policiais e militares, o armamento da população civil e o endurecimento de penas para criminosos. Na justificativa da proposta, ele aponta uma “inversão de valores”, em que o bandido seria tratado como vítima e o policial como suspeito – até que se prove o contrário. “Um verdadeiro absurdo”, afirma.

Houve redução da letalidade policial com a adoção das bodycams, atestam numerosos estudos





Relator do projeto na Comissão de Segurança Pública, o deputado Coronel Ulysses, do União Brasil do Acre, propôs ampliar a lei – concebida originalmente para abranger apenas a Polícia Militar – a todos os agentes de segurança pública. Para o parlamentar, as imagens captadas pelas *bodycams* não devem ser utilizadas como provas, pois seriam obtidas sob coação. “A partir do momento em que é obrigatório o uso da câmera, o policial só a utiliza porque foi coagido”, argumen-



Pretexto. Autor da proposta, Capitão Augusto, do PL, alega que ninguém pode ser obrigado a produzir provas contra si, mas o policial está a serviço do Estado

ta. “Poderia ser uma adesão voluntária.”

Se o uso das câmeras corporais é obrigatório para policiais, deveria ser estendido a todo o funcionalismo público, defende o coronel. Caso contrário, trata-se apenas de “revanchismo” e “perseguição política” contra os policiais militares, com o objetivo de “inibir ações da polícia em detrimento de uma lei frouxa, leniente e a favor do criminoso”. Segundo o deputado, uma vez que todo servidor público é um representante do Estado, até mesmo o presidente Lula deveria utilizar o equipamento acoplado à roupa. Hâbil nas comparações de alhos com bugalhos, ele insiste: “É presidente, mas também é servidor. Tem que ter transparência”. Quanto à votação do projeto na CCJ, o parlamentar não titubeia: “Vai passar, com certeza”.

Contrário à proposta, o deputado Orlando Silva, do PCdoB, explica que a Comissão de Constituição e Justiça é composta majoritariamente de parlamentares de direita, favoráveis ao projeto. Para ele, permitir o avanço da proposta seria “um incentivo à violência praticada por maus policiais”. O equipamento, na visão do parlamentar, é “um avanço civilizatório” que protege “os bons policiais e os cidadãos” e contribui “para a queda da letalidade policial”. Aprovar a lei seria, portanto, um retrocesso.

O colega Alencar Santana, do PT, concorda que o cenário é desfavorável, mas pondera que ainda cabe recurso para impedir uma tramitação acelerada, restrita às comissões. “Vamos trabalhar pela rejeição do projeto na CCJ, mas, se for aprovado, vamos entrar com recurso e levar ao plenário”, diz. Segundo ele,



o campo progressista tem votos suficientes para isso. A continuidade da discussão depende agora da nomeação do relator. “Provavelmente, será alguém da Bancada da Bala”, lamenta Santana.

O coordenador de projetos do Instituto Sou da Paz, Rafael Rocha, acompanha de perto o debate sobre mecanismos de monitoramento dos policiais e garante: “Não há dúvida sobre a efetividade do uso de câmeras corporais, as abordagens se tornaram mais seguras para toda a sociedade”. Apesar disso, existem inúmeras tentativas de enfraquecer essa política, destaca. “Essa lei não está amparada em dados ou pesquisas, parece muito mais para mobilizar as bases da extrema-direita, os bolsonaristas.”

Trata-se de “mais um projeto voltado a impulsionar o imaginário do policial perseguido, oprimido, um herói que precisa lutar contra todo um sistema e não tem amparo do Judiciário nem dos direitos humanos”, acrescenta Rocha. Ou seja, uma narrativa repetida à exaustão pelos setores da extrema-direita para alimentar as redes sociais. “Não faltam policiais *influencers*, *youtubers*, que falam absurdos, como a história de comemorar quando a polícia ‘cancela um CPF’, ou seja, mata um cidadão.” Se o objetivo fosse, de fato, proteger os agentes policiais, por que não propor iniciativas para a promoção da saúde mental, sugere. “Hoje, os PMs morrem muito mais vitimados por suicídio e acidente de viatura do que em confrontos.”

Atualmente, as câmeras corporais são utilizadas por policiais militares em Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, São Paulo e Santa Catarina. Diversos outros estados estão em fase de implementação. Na maior parte deles, as câmeras são de gravação ininterrupta, ou seja, registram toda a rotina do agente. Em São Paulo, Tarcísio de Freitas decidiu “inovar”, com a aquisição de equipamentos que podem ser ligados e desligados pe-

Tarcísio de Freitas comprou câmeras que podem ser desligadas pelo próprio policial

lo próprio policial. Para Rocha, essa nova funcionalidade vai diminuir a efetividade da proposta.

A advogada Carolina Diniz, coordenadora do programa de enfrentamento à violência institucional da ONG Conectas Direitos Humanos, considera o Projeto de Lei “completamente inoportuno e inconstitucional”. O preceito de não produzir provas contra si, principal argumento dos defensores, não se aplica ao policial, porque ele é “um agente público, representante do Estado e do monopólio do uso da força, sobre quem re-

cai a obrigação do Poder Público de controlar o uso dessa força”.

Diniz recorda ainda que o Supremo Tribunal Federal “já decidiu que não pode haver retrocesso nessa política pública”. Embora a proposta não interfira diretamente no uso das *bodycams*, “vai enfraquecer o poder desses equipamentos no controle da letalidade policial”, diz. “Se as imagens não puderem ser usadas como provas, que elementos poderão ter esse fim?”

Para a especialista, a proposta parece “mais uma cartada da Bancada da Bala, uma política de retórica que implica o descontrole da polícia”. E serve para sinalizar “que a polícia tem um salvo-conduto para definir quem morre e quem vive no País”. No entanto, não vê chances de esse projeto prosperar. Caso seja aprovado no Congresso, poderá sofrer controle de constitucionalidade pelo STF. É importante, no entanto, que esse controle ocorresse já na Câmara, no Senado ou com o veto do presidente da República. “Uma lei dessas coloca a vida da população em risco.”



No Senado. A proposta deve passar por comissão presidida por Flávio Bolsonaro

Sem capacidade de investimento, a saúde suplementar colapsará

POR GUSTAVO RIBEIRO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANOS DE SAÚDE (ABRAMGE)

Economista austro-americano conhecido por associar o desenvolvimento econômico ao dinamismo da iniciativa privada, Joseph Schumpeter cunhou uma expressão que é uma síntese cirúrgica do modelo capitalista: "O lucro é o motor da inovação". Em sua visão, o lucro não é apenas legítimo, mas essencial, pois é a força motriz que impulsiona o empreendedor a assumir o risco, investir e inovar. Sem lucro, não há investimento. Sem investimento, não há economia.

Aplicado ao setor de saúde suplementar, o raciocínio é direto: exigir que as operadoras atuem permanentemente no prejuízo é condená-las ao colapso. No limite, é levar o sistema à inviabilidade de sua existência. Estávamos neste caminho. Apenas nos últimos três anos, o prejuízo operacional do setor somou R\$ 17,5 bilhões. Em 2023, mais da metade das operadoras terminou o ano no vermelho. O primeiro trimestre trouxe um respiro com a reversão da curva de prejuízo. Melhoramos a gestão, mas fomos massacrados. Esquecem de avaliar que não há sustentabilidade possível em qualquer setor que acumule déficits bilionários, como ocorreu com a saúde suplementar.

Importante dizer, de forma clara, que o lucro não pode ser um problema. Demonizar o superávit de empresas privadas é um erro que prejudica o sistema econômico como um todo. Em 2021, o gasto total com saúde representou 9,7% do PIB, sendo parte desse valor proveniente do setor público (4%) e o restante, do setor privado (5,7%). O número de empregos formais na cadeia produtiva da saúde no Brasil cresceu 0,7% no primeiro trimestre de 2025 ante o último trimestre do ano passado, saindo de 5,15 milhões

de vínculos em dezembro de 2024 para 5,18 milhões em março deste ano - o que corresponde a um acréscimo de 34,8 mil postos de trabalho no setor.

A lucratividade é, portanto, o que garante a permanência das operadoras no mercado, assegura a remuneração de investidores e, principalmente, viabiliza os investimentos necessários para ampliar o acesso, inovar em tecnologia e melhorar a qualidade assistencial. Só assim conseguiremos cumprir a nossa razão de existir, que é prestar assistência médico-hospitalar para mais de 52 milhões de brasileiros. E esse volume ainda é pequeno.

O número de pessoas com planos de saúde permanece num platô, ao passo que milhões de brasileiros dependem integralmente do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse vácuo de atendimento, proliferaram os chamados "cartões de benefício". Esses produtos, comercializados em ambiente não regulado, sem qualquer obrigação legal de garantir cobertura assistencial, prometem acesso à saúde por valores irrisórios, sem deixar claro, em muitas das vezes, que não se tratam de planos de saúde. O resultado? Consumidores desinformados e desprotegidos.

Ao mesmo tempo, o fenômeno da judicialização segue gerando distorções que trazem custos indevidos às operadoras de saúde. Em recente divulgação do Painel Econômico Financeiro, a ANS apresentou um gráfico sobre custos de judicialização que não reflete a realidade das mais de 140 operadoras associadas à Abramge. De acordo com o exposto, 60% dos recursos do trimestre foram gastos



Gustavo Ribeiro,
presidente da Abramge

em ações relacionadas a procedimentos previstos nos contratos. Há, porém, que se tirar deste volume uma grande quantidade de pedidos de tratamento que são garantidos, mas mediante algumas condições. Tais demandas ferem prazo da carência, solicitação de medicamentos off label, realização de procedimentos fora da rede prevista e outros ofensores ao que ali está estipulado.

Agora, o que deveria ser motivo de inconformidade - e não chegou nem perto - é que 40% do volume gasto pelas operadoras com a judicialização é para resolver demandas que nem contratadas estão. Parece óbvio, mas é preciso que se diga: o contrato é instrumento jurídico que deve ser respeitado. A descon sideração sistemática de seus termos representa um ataque à previsibilidade, elemento fundamental para o equilíbrio entre o que se promete e o que se entrega. Não se trata de restringir o acesso do beneficiário, mas de manter o sistema funcional e sustentável. A judicialização, quando baseada em argumentos alheios à ciência, ignora o ordenamento jurídico e impõe riscos sistêmicos.

Por tudo isso, apesar do alívio recente nos números, é precipitado afirmar que o setor saiu da crise. A margem operacional, mesmo nos primeiros sinais positivos de 2025, não ultrapassa 2,5%, patamar inferior ao de aplicações financeiras conservadoras. Na outra mão, os custos só aumentam e é esse cenário que precisa ser levado em conta ao se avaliar o desempenho. O caminho, como sempre propomos na Abramge, é o do diálogo franco, racional e ancorado em evidências.

O dono do Rio

URBANISMO Alexandre Accioly faz fortuna – e começa a colecionar desafetos – com a privatização do espaço público na cidade

POR MAURÍCIO THUSWOHL

O Rio de Janeiro é um boom de oportunidades.” Com ares de *slogan*, este é o mantra repetido por Alexandre Accioly a cada projeto apresentado na cidade. Aos 62 anos, o empresário carioca notabilizou-se por realizar nas últimas duas décadas investimentos em setores diversos da economia em sua cidade natal. Figurinha fácil nas colunas – e nas redes – sociais, amigo e sócio de políticos como o deputado federal Aécio Neves, do PSDB, e de celebridades como o ex-jogador Ronaldo Nazário, Accioly tem seu nome associado a marcas de sucesso como Bodytech (rede de academias), Gero (restaurante) e Qualistage (casa de shows), mas seus últimos lançamentos vêm desagradando a boa parte dos cariocas, que neles enxergam muita vontade de lucrar e quase nenhum compromisso com o bem-estar da população.

A polêmica da vez diz respeito ao projeto de revitalização do Jardim de Alah, parque público localizado na área nobre da cidade, a ser executado pelo consórcio de empresas Rio+Verde, comandado por Accioly. Com 93,6 mil metros quadrados e tombado como Patrimônio Histórico Municipal, o parque divide os bairros de Ipanema e Leblon e é atravessado por um canal que liga a Lagoa Rodrigo de Freitas ao mar. Um dos símbolos do Rio, o local vive há décadas o abandono por

parte da prefeitura carioca, mas o projeto vencedor ainda não havia sido iniciado após contestação do Ministério Público, que aponta irregularidades como, por exemplo, a supressão de 130 árvores. Desde 16 de junho, no entanto, as obras foram retomadas por decisão do desembargador Sérgio Varella, da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O reinício das obras foi comemorado pelo consórcio, que promete um projeto “sustentável e responsável, em respeito às diretrizes ambientais e urbanísticas”, com investimentos de 130 milhões de reais por

uma concessão de 35 anos. Também estão previstos 18 milhões de reais pela outorga para a exploração comercial de serviços como restaurantes, bares e mercados, com expectativa de lucro que supera em muitas vezes o valor investido. “É uma transformação urbanística que objetiva reativar a energia vibrante da nossa cidade, sem abrir mão da preservação de sua rica herança cultural e de sua memória afetiva”, relata o grupo empresarial.

Da mesma forma, estão previstas contrapartidas sociais como, por exemplo, a construção de uma creche para os moradores da Cruzada São Sebastião, comunidade pobre vizinha ao Jardim de Alah. “Temos a convicção de que será possível equacionar uma área abandonada há 40 anos, mas principalmente derrubar os muros e construir as pontes de integração entre a Cruzada e o tecido sociourbano do qual ela legitimamente faz parte. Este é mais que um sonho. É um testamento de dedicação, resiliência e, acima de tudo, de amor pela Cidade Maravilhosa.”

Opalavório soa bonito, mas nem todo mundo se deixa encantar. Deputado estadual e ex-ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, do PSB, afirma que “todos



Controvérsia. A supressão de 130 árvores é um dos pontos contestados pelo MP



Onipresente. A rede de academias Bodytech, um dos muitos negócios do empresário

A “revitalização” do Jardim de Alah enfrenta resistência de ambientalistas e moradores ilustres

estão de acordo” sobre a necessidade da revitalização, mas pontua que o projeto apresentado “privilegia amplamente” a construção de lojas e restaurantes, além de uma garagem subterrânea. “Tudo que Leblon e Ipanema têm de sobra são bares, restaurantes e carros. Eles podem render muito dinheiro para os concessionários, mas o que a população da área reivindica mesmo é mais espaço para idosos e para cães, mais cultura, esporte, lazer e reflorestamento”, sugere Minc.

Sobre a supressão de vegetação, a prefeitura do Rio informa: “Das 130 árvores indicadas, a maioria é de arbustos ou plantas de pequeno porte. As árvores mais antigas serão preservadas e as demais serão replantadas após a finalização das obras. Além disso, 1.310 novas árvores serão plantadas a título de compensação ambiental, preferencialmente no Jardim de Alah, mas também podendo ocorrer em outros pontos da cidade”. Minc, que já organizou três abraços ao Jardim de Alah para “contestar e denunciar” o projeto, também não cai nessa: “Estão dizendo que as árvores serão replantadas. Mas, entre o teto da garagem subterrânea e as árvores, resta menos de um metro. Então, não serão árvores grandes porque as raízes não terão como se desenvolver”.

Figura de proa na contestação ao modelo adotado pelo projeto do “novo Jardim de Alah”, a atriz Júlia Lemmertz afirma que mesmo o termo utilizado não é correto. “Não é revitalização, é descaracterização

Planos. O empresário quer transformar Copacabana na “Broadway brasileira” e aposta em uma versão carioca do parque temático Space Adventure

e apropriação de um espaço público tomado que vai virar um lugar de comércio fantasiado com roupagem de revitalização”, prevê. O melhor caminho seria outro, diz: “O parque seria realmente revitalizado com mais plantas, com iluminação melhor, com segurança melhor. Deveria ser um corredor de respiro entre os dois bairros, tem o canal que liga a Lagoa à praia. É um lugar sensível, não um lugar qualquer que estava abandonado. Pode virar uma coisa incrível, que vai trazer turismo, mas com qualidade de vida”.

Lemmertz faz outra interessante observação: “O projeto vai dar quadras de esporte para a Cruzada, uma creche. Mas dificilmente as pessoas da Cruzada poderão frequentar os restaurantes, o mercado, o estacionamento ou as lojas que esse novo lugar vai trazer”. A atriz, que mora perto do Jardim de Alah, lembra também do nó no trânsito dos bairros prometido pelo início das obras. “Se fosse pelo menos um transtorno para realmente fazer um parque bacana e comunitário, onde você passeia com o seu cachorro, com a sua criança, onde consegue tomar uma água de coco, jogar uma bola.” Ela também lamenta a decisão pelo início das obras: “Os cariocas precisam disso realmente? Parece que o prefeito Eduardo Paes acha que sim”.

Não é só nos bairros mais endinheirados do Rio que os projetos de Alexandre Accioly provocam rejeição. Sempre em parceria com Paes, uma de suas próximas empreitadas faz parte de outro plano de revitalização, o da zona portuária, uma das áreas com menor índice de desenvolvimento humano da cidade. Projeto com dificuldade em fincar os pés na realidade, o “Porto Maravilha” idealizado pela prefeitura, no que depen-



der do faro para negócios do empresário, será a versão carioca do Space Adventure, mistura de parque temático com museu sobre a corrida espacial da Nasa, que, no Brasil, tem filiais instaladas em Canela (RS) e Balneário Camboriú (SC).

O parque, na visão de Accioly, se integraria perfeitamente a um projeto maior de construção de um novo polo de atração turística na região, que inclui a instalação de um moderno pier para a atracção de cruzeiros internacionais. “É mais um projeto espetacular do nosso prefeito”, exulta o empresário. Detalhe: o novo pier seria construído na região de interesse histórico e cultural da Pequena

África, onde estão situados o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, locais de desembarque dos africanos trazidos de navio para serem escravizados.

Revitalização de espaços tem sido, nos últimos anos, o investimento preferido de Accioly, mas a desconfiança dos cariocas em geral com o empresário aumentou após a frustrante reabertura do antigo Cine Roxy, em Copacabana. O espaço inaugurado em 1938, que um dia já foi o maior cinema de rua da Zona Sul do Rio e abrigou diversas passagens marcantes da expressão cultural da cidade, estava abandonado até que Paes anunciou sua volta como cinema. “Decidimos preservar o ra-

mo de atividades do espaço. Será um presente para a cidade”, prometeu o prefeito. Mas não foi exatamente isso que Accioly entregou. Em lugar da volta do cultuado espaço cinematográfico veio à luz o Roxy Dinner Show, casa dedicada àqueles mandados “espetáculos” fisga-turistas com samba pasteurizado em *playback*, penachos e mulheres seminuas. Os ingressos mais salgados chegam a 800 reais, com direito a comes e bebes.

Para Accioly, “o que falta é o carioca deixar o preconceito de lado” e parar de achar que a casa é só para turista. “O Roxy é um patrimônio do Rio, o conteúdo é melhor do que qualquer casa de show que visitamos fora do Brasil, com uma enorme diversidade musical. Do samba, passando pelo Parintins e o frevo. A casa

Eduardo Paes prometeu a volta do Cine Roxy, mas Accioly entregou mais uma casa de shows para gringos

é a melhor opção no Brasil e uma das melhores do mundo no segmento. Começo a acreditar que, independentemente de ser uma casa de turistas, o carioca está começando a se chegar”, disse, em recente entrevista à revista *Manchete*.

Sobre o projeto do Jardim de Alah, Accioly pede que aqueles que não o conhecem se informem nos canais oficiais.

“Não entrem na balela contada por um grupo que luta por interesses próprios e vem causando desinformação e atrasando a transformação de uma área degradada e insegura em uma região que vai gerar empregos, renda, oportunidades sociais, turismo, segurança e sustentabilidade.” Ele avalia que o Rio vive um momento especial na retomada do turismo. “Toda crise gera oportunidades. No momento, existem muitos espaços fechados e mal utilizados para transformar em atrativos para o turismo.”

Com sua visão peculiar, Accioly afirma querer desenvolver equipamentos para toda a família, melhorar a experiência do turista, aumentar o tempo de estada do visitante e, dessa forma, gerar riqueza na cidade. “Copacabana, por exemplo, tem potencial de se tornar a Broadway brasileira.”

FATO CONSUMADO

STJ libera tirolesa entre os morros da Urca e do Pão de Açúcar porque “paralisação das obras causaria mais prejuízos que sua finalização”

O outro projeto que tem atormentado os cariocas – este sem ligação com Accioly – é a construção de uma tirolesa entre os morros da Urca e do Pão de Açúcar. Após idas e vindas na Justiça que mantinham as obras paradas desde abril de 2023, o Superior Tribunal de Justiça indeferiu este mês ação do Ministério Público que afirmava que o projeto trazia prejuízos geológicos, além de descaracterizar o monumento natural tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Por 4 votos a 1, os juízes

da Segunda Turma do STJ afirmaram que “a paralisação das obras causaria mais prejuízos que a sua finalização”, e determinaram seu reinício imediato, que agora depende apenas da renovação de licenças pela prefeitura.

A sensação do “fato consumado” incomoda quem percebe o Rio como algo mais que um destino turístico. “Turismo é importante, mas não se pode atropelar a preservação ambiental. É possível ter uma cidade em que o meio ambiente e a atividade turística convivam em equilíbrio. Atualmente, há uma visão



Ameaça. O MP argumenta que o projeto traz riscos geológicos

mercantilista da cidade acima do bem-estar da população. Várias concessões de parques estão sendo feitas à iniciativa privada, e isso é preocupante. O investidor

não está interessado se aquela área é arborizada o suficiente ou tem interesse social, ele só quer saber se está dando lucro”, diz o vereador Leonel de Esquerda, do PT.

Integração efetiva

TRABALHO Iniciativa da Acnur e do Pacto Global no Brasil busca impulsionar a contratação de refugiados na Amazônia

POR FÁBOLA MENDONÇA

P principal porta de entrada de refugiados no Brasil, a Região Norte agora conta com um programa voltado especificamente para ajudar essa população a ingressar no mercado de trabalho. Na terça-feira 17, a Agência da ONU para Refugiados (Acnur), em parceria com o Pacto Global – Rede Brasil e com o Instituto Hermanitos, inaugurou o Hub Amazonas do Fórum Empresas com Refugiados, cujo objetivo é engajar o setor privado nesse esforço.

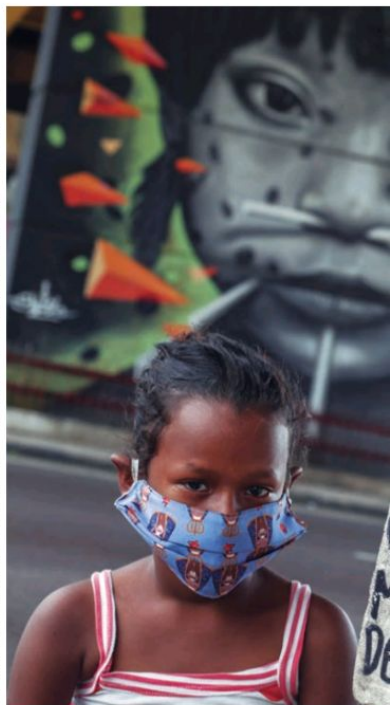
De janeiro a junho deste ano, a região recebeu mais de 12,6 mil indivíduos que deixaram seus países de origem para fugir de conflitos, crises humanitárias ou perseguições políticas, segundo o Observatório das Migrações (OBMigra). Roraima lidera o ranking, com 7,5 mil refugiados, a maioria venezuelanos, seguido por Amapá (3,8 mil) e Amazonas (exatos 1.025). Embora figure na terceira posição, o Amazonas consolida-se como um polo de residência fixa para essa comunidade migratória, uma vez que muitos se mudam de estados vizinhos para lá, em busca de melhores condições de vida.

De acordo com o OBMigra, o Amazonas recebeu 3,4 mil pedidos de refúgio em 2024, o que representa 5% do total nacional, atrás apenas de São Paulo e Roraima. Nos últimos sete anos, o estado acumula 107 mil refugiados e mi-

grantes. “Nosso projeto representa o reconhecimento da Região Amazônica como um território de oportunidades e protagonismo na resposta humanitária, promovendo a inclusão com impacto, valorizando as especificidades regionais e construindo soluções alinhadas à realidade local”, ressalta Tulio Duarte, diretor-presidente do Instituto Hermanitos. O Hub Amazonas nasce com a adesão de 17 empresas e centenas de refugiados cadastrados no banco de talentos. Para aderir ao projeto, o empresariado assume o compromisso de respeitar direitos e a dignidade humana.

“O Brasil tem uma legislação acolhedora para refugiados, mas ainda precisa avançar na construção de políticas públicas. Já temos, por exemplo, políticas universais nas áreas de saúde e educação, mas precisamos de uma iniciativa específica para que as pessoas que escolhem nosso País para viver não fiquem para trás, possam ser inseridas no mercado de trabalho”, observa Paulo Sérgio de Almeida, oficial de Meios de Vida do

A região recebeu 12,6 mil imigrantes apenas no primeiro semestre deste ano



Acnur no Brasil, citando também a dificuldade que essa população enfrenta quando tenta revalidar o diploma de curso superior, o que empurra refugiados com nível superior para o subemprego e até mesmo para situações de trabalho análogo à escravidão.

Segundo Duarte, embora a validação de diplomas ainda seja um desafio, algumas empresas aplicam soluções internas para integrar os profissionais em funções mais qualificadas. “É verdade que a maioria das vagas ainda está concentrada em áreas como serviços, alimentação e construção civil. No entanto, há casos bem-sucedidos em setores como tecnologia, onde refugiados têm atuado em suas áreas de especialização.” Um recente relatório revela que a grande maioria



A grande maioria dos imigrantes venezuelanos estava desempregada ou na informalidade em 2022

dos imigrantes da Venezuela que viviam na capital amazonense estava desempregada ou na informalidade em 2022. Apenas 4,5% deles tinham carteira assinada, 20,3% estavam desempregados e em busca de trabalho e outros 8,4% nem tinham nem buscavam trabalho, os chamados desalentados, muitos dos quais vivem da mendicância nos sinais de trânsito dos centros urbanos.

Gisela Alcalá, de 53 anos, chegou em Manaus em 2018. Trabalhou como diarista, vendedora de água e ajudante de pedreiro, bicos que nem de longe correspondem à sua formação de engenheira industrial, com especialização em comércio internacional. Hoje, depois de dois anos trabalhando no Instituto Hermanitos, conseguiu reposicionar-se profissionalmente e trabalha como

coordenadora de manutenção SMD em uma empresa de manufatura.

“Eu lutava por uma oportunidade, mas tinha contra mim a idade e o fato de ser mulher, migrante venezuelana e sem referências. Ninguém acreditava em mim. Fiz vários processos seletivos e em nenhum fui chamada para a entrevista”, relembra. “Só depois da ajuda do Hermanitos pude buscar algo melhor, me apresentei em um fórum de empresários e consegui ser contratada pela Visteon Amazonas, onde vou completar três anos em breve.”

Antes de se tornar empreendedora, a jornalista Liz Martinez, também venezuelana, precisou submeter-se a subempregos. Morando há sete anos em Manaus, trabalhou como cuidadora de crianças, cozinheira e professora de espanhol em um abrigo para crianças

em situação de risco. Em 2022, fundou a Acompanadas, uma organização civil que apoia mulheres migrantes oferecendo treinamento profissional e orientações sobre empreendedorismo. “O meu primeiro grande obstáculo foi a língua. Muita gente não arruma trabalho porque não consegue comunicar-se bem”, diz, citando o desconhecimento da legislação como outro desafio para os refugiados.

“O Hub é um espaço onde vamos trazer as empresas para perto e atuar junto aos departamentos de recursos humanos dessas organizações, para que haja um acolhimento dos refugiados e imigrantes, tornando as empresas mais plúrais, a abraçarem a diversidade e enxergarem cada colaborador como alguém importante para o sucesso dos negócios”, salienta Duarte. Ele destaca que o Hermanitos também vai orientar os candidatos em cada etapa da seleção de emprego, desde a produção do currículo, preparação para a entrevista e cursos de qualificação, além de contar com um banco de talentos que ficará disponível para as empresas acessarem e conferirem o perfil dos profissionais cadastrados. A expectativa do projeto é de que cerca de 200 refugiados sejam inseridos no mercado de trabalho de Manaus ainda este ano, número que deve ser progressivamente ampliado nos anos seguintes.

“Somos pessoas capacitadas, temos formação e conhecimento, trazemos uma bagagem que podemos aplicar nas empresas”, diz Martinez. “Além de ajudarem famílias que estão fragilizadas por um contexto de migração forçada, as empresas vão ganhar profissionais e técnicos preparados.”

Tudo de novo

RIO GRANDE DO SUL Um ano depois da tragédia, o estado volta a enfrentar o drama das enchentes

POR RENÉ RUSCHEL

Um ano depois da maior enchente de sua história, o Rio Grande do Sul volta a conviver com inundações. Na quarta-feira 25, quando esta reportagem foi concluída, o número de cidades atingidas chegava a 146, segundo a Defesa Civil, e mais de 7 mil moradores ficaram desabrigados. No Cais Mauá, um dos pontos do Rio Guaíba, o nível da água chegou a 3 metros, a chamada cota de inundação. Em Porto Alegre, informou o Departamento Municipal de Água e Esgoto, das 14 comportas que deveriam proteger a capital, sete ainda precisam de reparos. A solução emergencial foi novamente improvisar um dique com sacos de areia e argila. Na Zona Norte, ruas viraram um lago urbano. Desta vez, o problema não foi a enchente, mas a incapacidade do sistema de drenagem, pois a manutenção é mais uma promessa de 2024 não cumprida.

O prefeito Sebastião Melo, como de praxe, terceirizou a responsabilidade. No segundo dia de chuva, garantiu que o risco de inundações estava restrito às ilhas. As comunidades ribeirinhas permanecem abandonadas. “Nada foi feito. Somos nós por nós. O Poder Público não fez nada para ajudar as ilhas”, afirmou o padre Rudimar Dal’Asta, pároco da Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, na Ilha da Pintada. Apenas dois equipamen-

tos de alarme foram instalados, relata o padre, mas faltou treinar os operadores. “Servem mais para decoração”, reclama. Sobre a não utilização de 770 milhões de reais liberados pelo governo federal, Melo culpou a burocracia. “Tudo está andando, mas não sai do papel enquanto o projeto não for aprovado e licitado.”

Na Região Metropolitana, o cenário se repete. Dois dias de chuva bastaram para casas recém-reformadas voltarem a ser inundadas. Enquanto isso, além dos 14 bilhões de reais do Fundo do Plano Rio Grande, formado pela suspensão do pagamento da dívida do estado com a União até maio de 2027, outros 6,5 bilhões repassados pelo governo federal seguem parados nas contas do governo Eduardo Leite. Há exatos 60 dias *CartaCapital* publicou a reportagem “Cofre Cheio”, a respeito da falta de execução de obras de drenagem urbana para contenção de inundações na Região Metropolitana. A pergunta era: se as chuvas voltassem, os danos seriam os mesmos? A resposta está a olhos vistos.

Leite anda, porém, mais preocupado

Quase 150 cidades foram atingidas até o momento



com seu futuro eleitoral. Após trocar o morto-vivo PSDB pelo PSD de Gilberto Kassab, o governador tem dedicado boa parte do expediente para fortalecer a nova legenda no estado. Também intensificou a agenda de viagens pelo País na tentativa de consolidar seu nome entre os pré-candidatos de oposição ao presidente Lula na corrida eleitoral do próximo ano. No último dia 16, em Curitiba, durante evento promovido pela Câmara da Indústria da Construção Civil, o ex-tucano participou de um painel ao lado dos colegas Ratinho Jr., do Paraná, e Jorginho Mello, de Santa Catarina. No encontro, Mello fez referência ao movimento separatista “O Sul é o Meu País”, sugerindo a secessão dos estados da Região Sul. “Temos dois candidatos à Presidência da República aqui. Daqui a pouco, se o negócio não funcionar muito bem lá para cima, nós passamos uma



trena para o lado de cá e fazemos 'O Sul É o Nosso País', né?" Leite sorriu e aplaudiu. Os governadores criticavam o que chamam de favoritismo do Nordeste nas ações da União. O gaúcho esqueceu que, no ano passado, o Rio Grande do Sul recebeu mais de 100 bilhões de reais em recursos federais para enfrentar a crise climática.

Na segunda-feira 23, enquanto a enchente piorava em seus domínios, Leite esteve em São Paulo para inaugurar um escritório da InvestRS, agência de desenvolvimento econômico. O custo inicial da empreitada foi estimado em 23,7 milhões de reais. O local, segundo o site oficial do governo, fica "próximo à Faria Lima". Mas, na ânsia de transformar até a Marquês de Sapucaí em palanque, o governador colecionou um revés. Há poucos dias, Leite anunciou o apoio financeiro do governo gaúcho à Portela,

escola de samba carioca que no próximo ano vai desfilar no Carnaval com o enredo "O Mistério do Príncipe do Barã - A Oração do Negrinho do Pastoreio e a Ressurreição de Sua Coroa Sob o Céu Aberto do Rio Grande". O "investimento" gerou forte reação popular. Na terça-feira 24, por meio de um vídeo postado em seu Instagram, o governador recusou e garantiu que "não serão aportados recursos do governo na escola de samba Portela". Aliás, nos quadrantes gaúchos, tudo se transformou em comitê eleitoral. Amiúde, em Porto Alegre, Leite frequenta bares onde canta samba, toca pandeiro e tamborim. No interior, participa de feiras, almoços e inaugurações oficiais, sempre acompanhado por cinegrafistas e assessores. Nessas ocasiões, prefere entoar músicas nativistas, mais afinadas ao gosto do público local.

No pescoço. Os rios transbordaram e mais de 7 mil habitantes foram desalojados pelas cheias. Os problemas de drenagem continuam os mesmos de antes

"O que temos no Rio Grande do Sul é ausência de governo, paralisado diante de uma crise grave, dramática e previsível que se acentua a cada dia", critica o deputado estadual Miguel Rossetto, do PT, ex-deputado federal e ex-ministro do Desenvolvimento Agrário e do Trabalho e Emprego nos governos Lula e Dilma Rousseff. A gestão de Leite, diz, é marcada por decisões tomadas de forma isolada, sem participação de lideranças políticas e da sociedade. "Não há um projeto coletivo, discutido com prefeitos ou com a população. Passado um ano das enchentes de 2024, o medo e a insegurança voltaram a dominar o cotidiano dos gaúchos."

Rossetto acentua a falta de gestão pública e lembra que o estado recebeu cerca de 120 bilhões de reais em recursos federais. "Isso representa algo em torno de 17% do PIB estadual. Nunca o Rio Grande do Sul foi tão apoiado pela União como agora, no governo Lula". Ainda assim, insiste, municípios da Região Metropolitana, como Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Porto Alegre, foram obrigados a iniciar obras de recuperação de diques, barragens e casas de bombas com recursos próprios ou verbas federais. Para o parlamentar, o foco de Leite está em outro lugar. "O governador vive uma fantasia delirante. Prioriza seu projeto nacional, que é se candidatar à Presidência da República, enquanto o estado enfrenta um drama humanitário. Precisamos de um governo voltado à reconstrução do Rio Grande do Sul, não de um candidato em campanha antecipada, vendendo ilusões. A oposição de Leite ao governo federal é, no mínimo, uma irresponsabilidade política." •

Cavalo de Troia?

BELO HORIZONTE O prefeito Álvaro Damiano aproxima-se cada vez mais da extrema-direita

POR FELIPE CASTANHEIRA

O prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damiano, do União Brasil, esteve nos holofotes nas últimas semanas. Damiano estava na comitiva de políticos brasileiros obrigada a se refugiar em um *bunker* em Jerusalém, após o início dos ataques de Israel ao Irã na sexta-feira 13. O alcaide aproveitou a oportunidade para criticar o Itamaraty, apesar das reiteradas recomendações do Ministério das Relações Exteriores para que viagens ao Oriente Médio fossem evitadas.

As críticas à diplomacia nacional são mais um indício do afastamento do prefeito de aliados fundamentais na eleição do ano passado. Enquanto o prefeito estava em Israel, os professores da rede municipal rejeitavam a proposta de reajuste salarial de 2,49% e decidiam entrar em greve. Durante a assembleia da categoria, um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal disse que nunca foi tão fácil mostrar para um trabalhador a necessidade da greve, pois o valor oferecido foi tão baixo que a categoria se revoltou espontaneamente. Segundo Vanessa Portugal, militante do PSTU e integrante da diretoria do sindicato, além de uma proposta desfavorável aos professores, Damiano mantém uma política de terceirização e privatização do

ensino. A viagem a Israel, acredita Portugal, marca uma adesão de Damiano à política de extrema-direita. Ao desembarcar na capital mineira, o prefeito foi recebido por um grupo de grevistas e prometeu retomar e avançar nas negociações, o que até o fechamento desta reportagem não havia ocorrido.

Eleito como vice, Damiano assumiu a prefeitura depois da morte de Fuad Noman em abril último, passados menos de quatro meses da posse para um segundo mandato. A chapa contou com o apoio do campo progressista, fator crucial para a vitória sobre o bolsonarista Bruno Engler. Candidatos à esquerda acabaram sacrificados por conta desse arranjo de interesse nacional, a começar pelo petista Rogério Correia. No segundo turno, legendas progressistas e movimentos sociais uniram-se à campanha de Noman e Damiano. Em troca,

Vice na chapa do falecido Fuad Noman, o alcaide afasta-se da base progressista que garantiu a vitória nas urnas

os partidos esperavam influenciar os secretariados e as decisões públicas, mas a morte do titular da chapa complicou a situação. Desde a assunção do vice, a regra tem sido esperar para ver e negociar o que for possível.

Líder da bancada do PT na Câmara de Vereadores, Pedro Patrus lembra que o partido não teve dúvida em apoiar Noman no segundo turno, pelo fato de o prefeito ser um centrista alinhado a ideias progressistas. Damiano, lamenta o parlamentar, não segue a mesma linha. “O aceno à extrema-direita está muito forte”, diz Patrus. “Colegas de Parlamento dizem que vão transformar Belo Horizonte na cidade mais conservadora do Brasil. Tem um pacote de projetos apresentados e talvez aqui seja a cidade onde esse processo esteja mais acelerado. Cito o uso da Bíblia como material paradidático, da legislação contra o *funk* ou em defesa dos meios contraceptivos naturais.”

Quando algumas dessas leis foram à sanção, diz Patrus, o atual prefeito esquivou-se da responsabilidade e deixou a promulgação dos textos para Juliano Lopes, presidente da Câmara. “Ligamos o alerta no momento em que ele deixou de cumprir a sua tarefa e disse que não ia se meter nessa questão ideológica.” Segundo o vereador, a troca na Secretaria de Segurança Pública foi outra guinada à direita. Saiu um nome preocupado com os direitos humanos, entrou o ex-delegado Márcio Lobato Rodrigues, que acompanhou Damiano no *tour* em Israel. Apesar desses pontos, Patrus garante que o PT não faz oposição ao prefeito e pretende manter o diálogo com o Executivo. A relação com a Câmara Municipal também indica o realinhamento de Damiano. No fim do ano passado, o prefeito, antigo vereador na cidade, organizou uma chapa para enfrentar justamente o atual presidente da casa, Juliano Lopes,

que conta com o apoio da “família Aro”, grupo político que abriga 11 integrantes e se alinha a pautas reacionárias. Lopes, vencedor da contenda, chegou a chamar o alcaide de “pateta”. Mas os ressentimentos viraram coisas do passado. A relação entre os dois vai muito bem, obrigado, conforme se pode ver na jogada para a promulgação das leis aprovadas pelo Legislativo. O poder da família Aro também se manifesta nas secretarias de Esportes e Lazer e na Coordenadoria Especial de Vilas e Favelas, onde seus indicados foram acomodados. Para a vereadora Cida Falabella, do PSOL, nem tudo está perdido. Damião, avalia, mantém várias das iniciativas do antecessor. “No sentido das políticas públicas, na área da cultura, da assistência social e da educação são não só de continuidade, mas até de melhoria na educação. Com uma equipe de secretários com muita gente comprometida realmente com as políticas públicas.” Em alguns pontos, prossegue Falabella, a prefeitura da capital mineira está alinhada com o governo Lula. “O mandato traz contradições em seu bojo, mas vejo um espaço de diálogo e de construção com o governo federal.” A gestão, acrescenta, também respeita os acordos firmados anteriormente. Ela defende, de qualquer maneira, um acompanhamento dos rumos da prefeitura, por se tratar de um governo “em disputa”. A prefeitura de BH não respondeu às perguntas da reportagem sobre o realinhamento político do prefeito. Vale lembrar: em 2008, Márcio Lacerda foi eleito para comandar a capital mineira por meio de uma aliança entre velhos adversários, o PT e o PSDB. Lacerda não demorou, no entanto, a escolher um lado: preferiu os tucanos sob o comando de Aécio Neves. Resta saber se o religioso Damião seguirá o ensinamento bíblico: “Ninguém pode servir a dois senhores ao mesmo tempo”. •



Damião foi obrigado a buscar refúgio em um bunker em Israel

Mito desfeito

TRABALHO Três quartos dos empregos formais gerados em 2024 foram ocupados por beneficiários do Bolsa Família

No início de junho, Ricardo Faria, conhecido como “Rei do Ovo” e estreante na lista de bilionários da revista *Forbes* neste ano, afirmou à *Folha de S. Paulo* que era um “desastre” contratar profissionais no Brasil. “As pessoas estão viciadas no Bolsa Família”, lamentou-se o empresário, maior acionista da holding Global Eggs, com sede em Luxemburgo, que produz 13 bilhões de ovos por ano. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) contradizem, porém, o falacioso discurso reproduzido por Faria. Ao contrário do que setores abastados da sociedade insistem em afirmar, os assistidos pelo programa não se acomodam com o benefício nem fogem do batente. Mais de 98% dos empregos formais gerados em 2024 foram ocupados por trabalhadores inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), dos quais 75% recebiam o Bolsa Família.

De acordo com o Caged, das 1,69 milhão de vagas com carteira assinada criadas no ano passado, 1,27 milhão foram preenchidas por beneficiários do Bolsa Família e outras 395 mil por pessoas pertencentes ao CadÚnico que não recebiam o benefício. Os dados revelam um aumento de 16,5% em relação a 2023, quando 74% das 1,4 milhão de vagas oferecidas foram ocupadas por trabalhadores vinculados ao CadÚnico, sen-

do 53% deles assistidos pelo programa.

“Essa história de dizer que no Bolsa Família ninguém quer trabalhar é uma grande falácia. Ninguém quer passar a vida toda dependendo do governo. As pessoas só querem uma oportunidade para sair da condição de pobreza e de extrema pobreza, elas querem ter dignidade”, afirma Luiz Carlos Farias, secretário de Inclusão Socioeconômica do MDS. Ele lembra o grande contingente de trabalhadores ativos dentro do CadÚnico, potenciais candidatos a uma vaga de emprego. Dos 93 milhões de cadastrados, 57,5 milhões têm idades entre 16 e 64 anos, prontos, em tese, para ingressar no mercado de trabalho. “Temos hoje no CadÚnico 2,9 milhões de pessoas de nível superior e 19 milhões com nível médio completo. Ou seja, são pessoas qualificadas que só precisam de uma oportunidade”, acrescenta o secretário.

Doutor em Economia Social e do Trabalho e professor da Unicamp, o economista José Dari Krein lembra que as pessoas buscam melhorar a sua condição

de vida e o trabalho é um dos caminhos. “Essa história de que o Bolsa Família substitui emprego não faz nenhum sentido e os dados mostram isso. O problema é que boa parte das vagas é de baixa qualidade ou de baixa remuneração. Mas, sem dúvida, a política de transferência de renda ajudou a eliminar empregos extremamente precários ou serviços”, analisa o pesquisador. “Agora, o empregador precisa oferecer um emprego decente, que traga benefício ao trabalhador. Quando o indivíduo deixa a miséria absoluta, ele não aceita mais qualquer condição imposta pelo patrão. Nesse sentido, o Bolsa Família ajuda a organizar um pouco melhor o mercado de trabalho.”

Sobre as funções de baixa qualidade exercidas pelas pessoas inscritas no CadÚnico e assistidas pelo Bolsa Família, Farias resalta a existência de benefícios indiretos que vão além do salário. “Não se trata de subemprego. As pessoas veem só o salário mínimo, puro, sem mais nenhum benefício. Mas grande parte das empresas oferece FGTS, planos de saúde e odontológico, o que torna o emprego mais atrativo. Esse trabalho inicial é apenas a porta de entrada, pois algumas empresas dispõem de plano de carreira. Temos casos de pessoas contratadas com um salário mínimo e hoje estão ganhando muito mais”, diz, citando ainda o programa Acredita no Primeiro Passo, criado pelo governo federal no fim do ano passado para atender pessoas vinculadas ao CadÚnico, com cursos de qualificação profissional, oportunidades de emprego e apoio ao empreendedorismo, além de direcionar essas pessoas para ter acesso ao crédito facilitado. Fazem parte da parceria o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, que oferecem juros mais baixos ao empreendedor do CadÚnico.

Segundo o MDS, 56 milhões de brasileiros recebem o Bolsa Família, cujo va-

Mais de 98% dos contratados estão inscritos no CadÚnico, segundo dados do Caged



lor médio é de 660 reais, um pouco acima do valor-base de 600 reais, devido aos adicionais oferecidos pelo programa. As famílias que têm crianças de até 6 anos de idade recebem 150 reais por filho. Há ainda um adicional de 50 reais para cada integrante do núcleo familiar entre 7 e 17 anos, mesmo valor repassado a gestantes. Para ter direito ao benefício, a pessoa precisa ter uma renda familiar *per capita* de 218 reais. Pelas atuais regras, se o beneficiário entrar no mercado de trabalho formal, continua recebendo os 50% do Bolsa Família durante dois anos, regra que passará por um ajuste no próximo mês.

A partir de julho, a chamada Regra de

Proteção será reduzida a um ano. Depois desse prazo, caso o beneficiário do Bolsa Família se mantenha empregado e com renda *per capita* superior a 218 reais, ele deixará de receber o benefício, mas continuará vinculado ao CadÚnico. “Antes, se o assistido arrumasse um emprego com carteira assinada, já perdia o direito ao Bolsa Família. Hoje, ele não só continua recebendo como também permanece no CadÚnico, o que vai facilitar o seu retorno ao Bolsa Família se sua renda voltar a cair”, diz Farias.

“Nosso mercado de trabalho é, historicamente, pouco estruturado, com ocupações muito ruins, alta informalidade,

Mão de obra. Das 1,69 milhão de vagas com carteira assinada criadas no ano passado, 1,27 milhão foram preenchidas por profissionais assistidos pelo programa

salários muito baixos, rotatividade, empregos que não têm perspectiva de avanço profissional nem possibilidade de mobilidade social”, observa Krein. “Dentro desse contexto, é fundamental você continuar tendo o Bolsa Família aliado com o crescimento da economia, o que pode contribuir para melhorar a organização do mercado de trabalho.”

- por Fabíola Mendonça



Aposta dobrada

CÂMBIO A intervenção do BC para reverter a desvalorização da moeda nacional é boa para a economia, mas o custo é elevado

POR CARLOS DRUMMOND

Com a venda de 1 bilhão de dólares à vista e a colocação de mais 1 bilhão de swap reverso, operação semelhante a uma compra de dólar no mercado futuro, o Banco Central deu continuidade, na quarta-feira 25, à política de enfrentamento da espiral de desvalorização da moeda nacional tornada permanente desde o programa de estabilização monetária do Plano Real, que indexou o real ao dólar, e agravada durante as instabilidades do fim do ano passado.

Foi preciso fazer a maior intervenção no mercado de câmbio da história do Banco Central para baixar o dólar de 6,20 reais em dezembro, para os 5,60 reais do atual cenário de referência do Comitê de Política Monetária. Essa tática consumiu 10% das reservas cambiais em um mês e já mostra sinais de falta de fôlego. Segundo estimativas de participantes do mercado, o BC rola hoje cerca de 110 bilhões de dólares em swap, o equivalente a quase 600 bilhões de reais.

Sectores do governo têm claro que, no médio e longo prazo, é crucial reduzir a indexação da economia ao dólar. Segmentos estratégicos para assegurar a oferta e a segurança alimentar, como a agricultura familiar, têm 65% do seu custo vinculado ao dólar, sendo 40% relacionados diretamente à variação da moeda estadunidense e 25%, indiretamente.

Quanto maior o diferencial entre as taxas de juro no País e a taxa de juros externa, ou, no linguajar do mercado, quanto maior o *carry trade* da moeda local, maior tende a ser a sua atratividade para investidores estrangeiros, especialmente quando comparado com o *carry trade* de outras moedas de risco semelhante.

A informação divulgada na ata da reunião mais recente do Comitê de Política Monetária, de que o Copom considera, em seu cenário de referência, uma taxa de câmbio de 5,60 reais por dólar, sintetiza o momento de calma no mercado. A taxa é igual à cotação média da taxa de câmbio nos dez dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom e corresponde, portanto, à média das expectativas do mercado neste momento.

Diversos bancos nacionais e estrangeiros, em relatórios encaminhados aos clientes, e publicações especializadas evidenciam a importância da manu-

tenção do real estável, tanto em um cenário internacional de ameaças e de iniciativas de guerra quanto em um contexto doméstico de elevado efeito do dólar nos preços internos, inclusive, conforme mencionado acima, nos da agricultura familiar.

A política cambial beneficia o Brasil em uma cesta de moedas de países emergentes e diante das moedas dos países desenvolvidos também, ressaltam várias instituições financeiras. "As notícias globais do fim de semana (*ataque dos EUA ao Irã*) devem ter muito mais impacto nos mercados desenvolvidos e no de petróleo, é claro, enquanto o real – e a América Latina, em geral – deve ficar um pouco 'de fora' no momento e só seria afetado em caso de uma escalada global", destacou o Citibank na segunda-feira 23. O banco considera "níveis de preços para futuros" entre 5,57 e 5,56 reais por dólar.

Há menos de duas semanas, o BNP destacava o "movimento impressionante do real: apesar do aumento da turbulência entre Israel e Irã, que impulsionou uma liquidação na maioria das moedas, o real foi a moeda que teve a menor reação". Além disso, prosseguem os analistas da instituição, o real também foi a moeda que mais rapidamente se estabilizou. "Mesmo com todo o IOF e a turbulência fiscal, a moeda continuou sendo negociada com mais força ao longo da

Baixar o dólar de 6,20 reais para 5,60 consumiu 10% das reservas em apenas um mês



Análise. O risco de calote da dívida pública não passa de um Conto da Carochinha



Juros. Galpão tem sido poupado das críticas pela Selic nas alturas. O aumento da taxa, explica Haddad, foi contratado na gestão anterior, de Campos Neto

semana e está se aproximando do nível de 5,50", ressaltou o BNP.

O Goldman Sachs sublinhou, na segunda-feira 23, o fato de que, "mesmo com a mais recente redução do risco, o real continua sendo uma das moedas com melhor desempenho neste mês e continua sendo a moeda preferida de muitos investidores (e dos nossos também) para posições compradas em mercados emergentes".

Segundo o Santander, o destaque no mercado de juros é a "ótima performance dos juros longos, tanto nominal quanto real". A despeito de um cenário externo bastante incerto e desafiador, prossegue o banco, o cenário interno com menos ruído e após o BC praticamente decretar o fim do ciclo de alta da Selic "vem trazendo uma alocação grande de recursos, tanto de locais quanto de estrangeiros. Ajuda esse cenário um desempenho muito bom do real". Outro destaque nos juros é a "queda gigante nas inflações implícitas, sem respiro", com a inflação deste ano rumando a 5% e a do ano que vem apontando para os 4,5%.



Para o J.P. Morgan, o real vem sendo negociado “como um dos melhores ciclos entre os mercados emergentes”. A *newsletter Trust Insight*, voltada para investidores, ressalta em sua edição mais recente que o valor gerado pelas empresas brasileiras “não pode ser ignorado” e que, quando o Brasil entrar em seu ciclo de corte de juros, “será um dos poucos mercados emergentes a ter juros mais baixos e inflação abaixo de 10%”, combinação que criará um “nicho de atratividade” que deverá impulsionar o fluxo de recursos para o País.

Internamente, prossegue a *newsletter*, o País passou por um período de desvalorização cambial e viés de baixa no Ibovespa nos últimos meses de 2024, como resultado da instabilidade fiscal e do ruído político relacionado aos temores de expansionismo fiscal por parte do governo. “Esse cenário, paradoxalmente, tornou os ativos brasileiros atualmente mais baratos, criando uma janela de oportunidade pa-

A política cambial beneficia o Brasil em uma cesta de moedas de emergentes

ra investidores”, destaca a publicação.

Além disso, o Brasil embarcou em um ciclo de aumentos da taxa de juros real para conter o impacto da aceleração da inflação global. Esse alto nível de juros reais tem sido crucial para sustentar a taxa de câmbio, conter a inflação e atrair capital de curto prazo. “Comparado a outros mercados emergentes, como Rússia e Turquia, o Brasil apresenta inflação mais baixa, o que é um atrativo significativo, já que a inflação desvaloriza os ativos. Além disso, enquanto o Brasil ainda opera com altas taxas de juros reais, o México, outro mercado emergente com exposição diferente aos

EUA, está em um ciclo de cortes de juros, ilustrando a divergência nas políticas monetárias entre os países. Essa diferença nas taxas de juro impacta a atratividade do risco-país e dos fluxos de capital”, acrescenta a *Trust Insight*.

É importante acrescentar que o êxito do real entre as moedas emergentes tem, no entanto, limites, como aponta o significativo volume de reservas utilizado para debelar a crise de dezembro. Outra barreira nítida é o atraso do País em termos regulatórios, diante do avanço das entidades financeiras como *fintechs* e *hedge funds*, ambos não regulados, mas com participação crescente nos mercados, inclusive no de dívida pública.

A redução da atratividade das apostas no dólar foi acompanhada do aumento do prêmio para quem estava apostando no real, vinculado aos juros altos. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a elevação, na última reunião do Copom, da taxa básica de juros para 15%, a mais alta em 20 anos, caracteriza “um patamar muito restritivo”.

Haddad disse, em entrevista à TV Record, estar preocupado, mas defendeu o presidente do BC, Gabriel Galípolo, e disse que, em sua opinião, a alta foi contratada na gestão anterior, de Roberto Campos Neto, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. “Essa alta, sendo muito honesto, quem é do ramo sabe, foi contratada na última reunião da qual participou o Roberto Campos, em dezembro do ano passado. É como se tivesse estabelecido uma contratação futura da taxa. Não dá para dar cavalo de pau em política monetária, vai perder credibilidade. Tem de ter muita cautela”, continuou. “E tem mais, estávamos com problema de inflação, sobretudo de alimentos, que está sendo corrigido agora. Estamos no começo de um mandato na presidência do Banco Central, que carrega a memória da gestão anterior. Ainda precisamos dar um pouco de tempo ao tempo.”



Pressão inflacionária. Os preços dos alimentos também estão vinculados ao dólar



A Nestlé tem fome

► Os investimentos de 7 bilhões de reais contemplam diferentes segmentos da empresa

Diferentemente da visão de muitos setores da política, dos economistas e de outros alarmistas, a Nestlé tem uma perspectiva consolidada sobre o crescimento do País. Tanto que anunciou investimentos de 7 bilhões de reais nos próximos três anos. A empresa não ignora os desafios relacionados às taxas de juro e à inflação, mas estabelece uma vantagem competitiva marcante: estar no Brasil, há mais de cem anos, e conhecer as características dos ciclos de consumo e os hábitos dos brasileiros.

Os investimentos serão em diferentes negócios e localidades. A divisão de confeitaria, que inclui os chocolates, será uma das prioridades, com investimentos na unidade de Vila Velha (ES). A divisão de cafés será reforçada por meio de aportes nas unidades de Araras (SP) e Montes Claros (MG). A unidade de Ituiutaba (MG) receberá incrementos na linha de nutrição infantil.

Em agosto, a empresa inaugura em Vargem (SC) mais uma fábrica da Purina, marca de ração para o mercado pet. A visão otimista de longo prazo é notada também nos volumes de negócios no Brasil. Do total produzido pela Nestlé, mais de 92% destina-se ao mercado interno.

Livre e operante

O Mercado Livre é o maior *marketplace* do Brasil. Recentemente, mostrou os dentes para os rivais com uma campanha agressiva de redução de preços nas entregas.

Agora abre a carteira e anuncia um investimento de 13,6 bilhões de reais no estado de São Paulo até o fim de 2025, além da contratação de 10,5 mil trabalhadores.

A maior parte dos investimentos está concentrada na unidade do Mercado Livre chamada de Melicidade, em Osasco. Os aportes em São Paulo fazem parte dos 34 bilhões de reais a serem investidos no Brasil e divulgados anteriormente. O País representa 55% de toda a operação da empresa.

Naturalmente

A Natura foi considerada a “marca mais sustentável do mundo” pela Brand Blueprint Awards da Kantar, empresa de pesquisa com atuação global. O título é resultado de uma estimativa de percepção da multinacional brasileira, a partir de uma série de critérios avaliados e monitorados. No caso do segmento da Natura, foram pesquisadas 880 marcas em 22 países. A conquista veio pelo destaque que a empresa consegue no mercado nacional, graças a uma estratégia consistente e com longevidade que impulsionou a comparação com os concorrentes. A premiação avalia a marca, não as ações desenvolvidas pelos negócios.

Alô, Trump

Donald Trump Jr., filho do presidente dos Estados Unidos, informou que o conglomerado de empresas da família entrará em breve no negócio de telefonia móvel. A Trump Mobile, além de serviços, vai lançar uma linha própria de *smartphones*. Claro, produzidos integralmente nos EUA, embora o país não conte com estruturas com capacidade tecnológica para concorrer com as fábricas da China ou de outros países asiáticos.

Os serviços serão oferecidos por meio de acordos com as companhias de telefo-

nia, sistema também existente no Brasil. A Laricel, da atriz Larissa Manoela, é um serviço que opera nos mesmos moldes: a rede entra com a estrutura, mas a gestão, o marketing e o relacionamento com os clientes ficam com a outra parte. A Trump Mobile promete ainda para agosto o lançamento do T1, seu primeiro *smartphone*, que parece uma pequena barra de ouro. O valor estimado de lançamento é de 499 dólares, em torno de 2,5 mil reais, e o T1 usará o sistema Android. Os planos mensais custarão, em média, 47 dólares.

Netflix ao vivo

A Netflix, gigante do *streaming*, dá um passo que pode significar uma reviravolta nas estratégias de conteúdo. A empresa assinou um acordo com a maior emissora de tevê aberta da França, a TF1. Pelo contrato, os assinantes terão acesso à programação ao vivo da emissora, que também ficará disponível para ser acessada quando eles desejarem. A TF1 é a maior emissora do país e tem um canal de *streaming*, a TF1+.

A estratégia de ter programação ao vivo busca aumentar a frequência de acesso à plataforma. Com isso, a Netflix investe na fidelização, fixa-se na mente dos assinantes e cria um negócio de duas mãos. A primeira é reter os telespectadores por mais tempo no canal. A segunda é oferecer pacotes mais baratos, nos quais os usuários podem manter o hábito de assistir aos programas diários da tevê aberta e ao mesmo tempo ter acesso aos conteúdos da maior plataforma global de entretenimento. O efeito gera outra vantagem: são usuários habituados a ver anúncios, o que pode fortalecer essa outra fonte de receita. Na plataforma, os planos básicos aceitam anunciantes. • redacao@cartacapital.com.br

Os mantras dos economistas

IDEIAS No seu repertório sobressai o calote da dívida pública, que não passa de um conto da Carochinha

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E MANFRED BACK

Goebbels, ministro da propaganda do regime nazista, dizia que uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade. Se uma mentira é grande o suficiente e é repetida frequentemente, ela será acreditada, em alemão *große Lüge*.

Os economistas do *mainstream* repetem as ameaças do risco fiscal e calote da dívida. No repertório de mantras dos sacerdotes da Crematística sobressai o calote da dívida pública.

Ao investigar os detentores da dívida pública brasileira, nos deparamos com paradoxos interessantes. Vamos ousar considerações sobre dialética para constatar o espírito positivista que assola o pensamento único. As teorias econômicas convencionais estão encharcadas de indagações binárias do tipo “é isto ou aquilo”.

Pedimos ao leitor que permita a dois modestos economistas invocarem um filósofo da estatura de Hegel, para arrostar as trapalhadas metodológicas dos sabichões da Ciência Triste. Na *Introdução à Ciência da Lógica*, o mestre de Iena asseverou:

“Quando as formas são tomadas como determinações fixas e, conseqüentemente, em sua separação uma da outra, e não como uma unidade orgânica, elas são for-

mas mortas e o espírito que anima sua vida, a unidade concreta não reside nelas... O conteúdo das formas lógicas nada mais é senão o fundamento sólido e concreto dessas determinações abstratas; e o ser substancial dessas abstrações é usualmente buscado fora delas”.

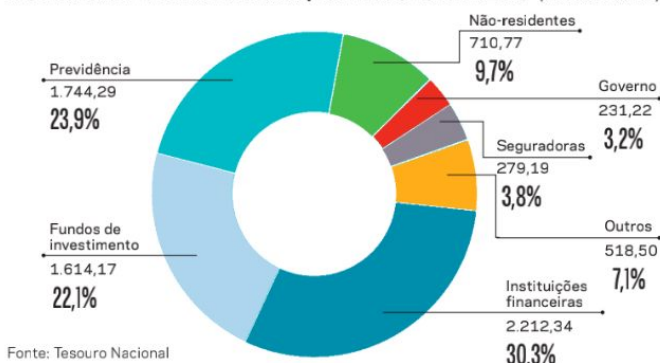
Os mantras anunciados pelos sacerdotes do equilíbrio revelam que as determinações fixas invadiram as casamatas da Ciência Triste. Os invasores buscaram destruir dimensões constitutivas da economia monetário-financeira capitalista: à desconsideração do circuito

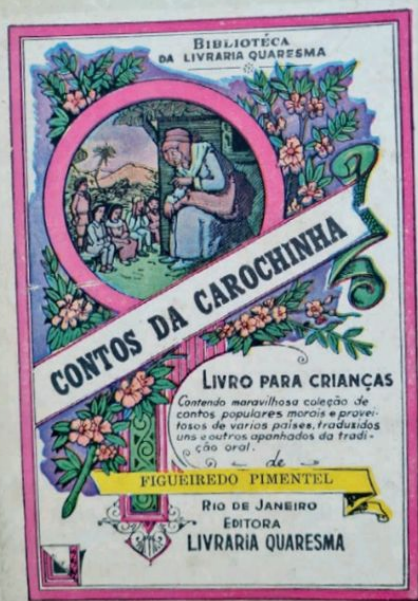
gasto-renda associa-se o tratamento da dívida pública. Ela é apresentada com os riscos e percalços dos devedores privados, famílias e empresas.

Karl Marx observou: “Como a dívida pública se respalda nas receitas estatais, que têm de cobrir os juros e demais pagamentos anuais etc., o moderno sistema tributário converteu-se num complemento necessário do sistema de empréstimos públicos... O grande papel que a dívida pública e o sistema fiscal desempenham na capitalização da riqueza e na expropriação das massas levou um bom número de escritores, como William Cobbett, Doubleday e outros, a procurar erroneamente na dívida a causa principal da miséria dos povos modernos”.

Em sua caminhada irreverente, John Maynard Keynes disparou: “Se por algum motivo os indivíduos que compõem a nação não estão dispostos, cada um em sua capacidade privada, a gastar o suficiente para empregar os recursos com os quais a nação é dotada, então o governo, representante coletivo de todos os indivíduos, deve preencher a lacuna. Os efeitos das despesas governamentais são precisa-

TESOURO NACIONAL - DETENTORES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA, EM BILHÕES DE REAIS (abril de 2025)





Os catastrofistas insistem em contar histórias que nunca aconteceram, como o risco de calote de dívida pública denominada em moeda nacional e o não cumprimento de compromissos e não pagamento de juros pelo Tesouro

mente os mesmos que os efeitos das despesas dos indivíduos. Assim, o aumento da receita fiscal fornece a fonte das despesas públicas extras. Por isso, pode ser vantajoso para um governo recorrer a um empréstimo do sistema bancário.

Os poderes estatais de tributar e de administrar as condições de crédito e de liquidez estão intimamente associados. Assim, os entes soberanos desfrutam de maior liberdade para financiar o gasto ao emitir títulos públicos, ativos que frequentam os balanços dos entes privados como forma de riqueza de maior qualidade, segurança e liquidez. Os sistemas monetários e financeiros modernos estão ancorados nos ativos públicos de "última instância".

O Conto da Carochinha do calote na dívida pública busca iludir os cidadãos e cidadãos em todas as partes do planeta. Mas os chefes de tesourarias, os administradores de fundos de investimen-

to, de fundos de previdência e seguradoras pensam e agem de forma muito diferente: escapam dos arreganhos binários dos especialistas que rondam os arrabaldes dos mercados financeiros.

Segundo os dados do Tesouro Nacional (ver gráfico), quase 80% dos títulos públicos estão nas mãos do setor financeiro nacional e apenas cerca de 10% nas mãos de não residentes.

Alguma coisa está fora de lugar, como diria Caetano Veloso. Enquanto os economistas dos mercados financeiros ameaçam com o calote, as tesourarias se empanturram de dívida pública. Garantidos pelo Tesouro e pelo Banco Central, os títulos públicos possuem liquidez diária, garantia de recompra.

Em qualquer lugar do mundo os títulos públicos são a garantia e o lastro de todas as operações de crédito. Os grandes bancos americanos, Goldman Sachs,

J.P. Morgan, Bank Of America, detêm um percentual elevado de *Treasuries* (títulos públicos do Tio Sam) na composição de suas carteiras de ativos.

Duas indagações impõem-se aos catastrofistas: quando na história das economias capitalistas ocorreu calote de dívida pública denominada em moeda nacional? Quando o Tesouro brasileiro deixou de cumprir seus compromissos e o pagamento de juros? Nunca.

Mas os sabichões da Crematística não sossegam e repetem insistentemente que não se pode viver gastando mais do que se arrecada! No mundo deles, a água (a renda) não escorre pelos canais da circulação monetária.

Como ensina John Maynard Keynes na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, as políticas econômicas que regulam o orçamento público deveriam manter os gastos correntes sempre equilibrados. Os gastos de capital estariam destinados à administração das flutuações da renda, para assegurar expectativas favoráveis do setor privado em relação ao futuro de seus negócios. É um gasto regulador da estabilidade das economias capitalistas ao impedir a contração do gasto privado.

Como dizia Hegel: "O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso existir da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários. É essa igual necessidade que constitui unicamente a vida do todo... Com efeito, a Coisa mesma não se esgota em seu fim, mas em sua atualização; nem o resultado é o todo efetivo, mas, sim, o resultado juntamente com o seu vir a ser".



Pouco mais que nada

ORIENTE MÉDIO O tom triunfalista de Netanyahu e Trump não condiz com os resultados efetivos do bombardeio ao Irã

POR ARTURO HARTMANN

Donald Trump, Benjamin Netanyahu e o aiatolá Ali Khamenei comemoram a vitória no confronto definido pelo presidente dos Estados Unidos, em mais uma frase de efeito sem qualquer fundamento, de “guerra dos 12 dias”. A disputa de versões mostra que nada de muito significativo aconteceu. Embora o Irã tenha declarado na quarta-feira 25 que os bombardeios israelenses e norte-americanos danificaram severamente as usinas de enriquecimento de urânio, os dois objetivos da dobradinha Tel-Avive-Washington não foram alcançados. O regime dos aiatolás continua de pé e o programa nuclear do país, avaliam especialistas, sofrerá eventuais atrasos irrelevantes.

Desde a terça-feira 24, vigora um cessar-fogo de duração incerta. Trump foi obrigado a puxar a orelha de Bibi, depois de o primeiro-ministro de Israel ignorar o anúncio superlativo e autoelogioso do republicano de um acordo entre as partes na noite anterior. “Israel. Não jogue essas bombas. Se você fizer, será uma enorme violação. Traga seus pilotos de volta para casa, agora!”, escreveu o magnata nas redes sociais, visivelmente contrariado com a “impertinência” do aliado, que até aquele momento planejava lançar mais mísseis contra o Irã. Segundo o jornal israelense *Haaretz*, Netanyahu mudou a direção das caças a caminho de Teerã

após receber um telefonema de Trump. Os ataques a radares no norte do Irã, informou a BBC, ainda assim teriam deixado um saldo de nove mortos, entre eles o cientista Mohammad Reza Saber.

Mouin Rabbani, analista do Instituto de Estudos Palestinos e ex-oficial da ONU para a Síria, concluiu que a intenção inicial dos EUA ao apoiar a investida israelense era “melhorar sua posição de negociação com Teerã”. Ou seja, o sucesso de Netanyahu exerceria pressão suficiente para colocar um ponto final nos programas de enriquecimento de urânio e de mísseis balísticos e obrigaria os aiatolás a cortarem “ligações com os movimentos militantes na região” em um subsequente acordo ditado por Washington. A diplomacia, a partir dessa perspectiva, seria a continuação da guerra. O tiro saiu pela culatra. Os iranianos anunciaram agora a intenção de deixar o tratado de não proliferação de armamento nuclear e não mais prestar contas de suas atividades à Agência Internacional de Energia Atômica.

Apesar de ser inegável a influência do

governo israelense nas decisões da Casa Branca, incluído o bombardeio à usina de Fordow, a mais protegida, Trump não fez nada de muito diferente no longo processo de intervenção de Washington nos assuntos iranianos. Uma das análises mais completas consta do relatório do Instituto Brookings, de 2009: “Qual o caminho para a Pérsia? Opções para uma nova estratégia americana para o Irã”. No documento, os autores imaginavam possibilidades diplomáticas e planos militares, seja por intervenção direta (combate aéreo ou invasão terrestre) ou por mudança de regime, incentivando a insurgência de grupos internos ou apoio a um golpe militar. O próprio “Projeto 2025 – Mandato para a Liderança/Uma Promessa Conservadora”, a agenda republicana de extrema-direita que se pretendia um guia para a segunda passagem do republicano pela Casa Branca, em capítulo devotado a elaborar políticas do Departamento de Estado, resume as possibilidades de ação desejáveis do ponto de vista do governo dos Estados Unidos. Na página 185, lê-se o seguinte: “Em primeiro lugar, os EUA devem impedir que o Irã adquira tecnologia nuclear e capacidades de entrega (...) Isso significa, entre outras coisas, reconstituir e expandir as sanções do governo Trump; fornecer assistência de segurança aos parceiros regionais; (...); e garantir que Israel tenha os meios militares, o apoio político e a flexibilidade para tomar

Nem o regime dos aiatolás soçobrou nem o programa nuclear foi aniquilado



Perdas e ganhos. O presidente dos EUA, o primeiro-ministro de Israel e o aiatolá Khamenei celebraram a vitória após 12 dias. Sinal de que ninguém se sobressaiu



as medidas que considerar adequadas para se defender do regime iraniano e seus representantes regionais, o Hamas, o Hezbollah e a Jihad Islâmica Palestina.”

Nem a entrada da força aérea estadunidense com bombardeios diretos cumpriu, porém, os objetivos estratégicos alardeados por Washington e Tel-Aviv. As primeiras análises, a partir de fotos de satélites, concluíram que as instalações nucleares iranianas não foram “obliteradas”, ao contrário da celebração costumeiramente egóica de Trump. Reportagem da rede de tevê CNN na quarta-feira 25 informou: o próprio setor de inteligência dos EUA chegou à conclusão de que os ataques “não haviam destruído os componentes cen-

Teatro. O Conselho de Segurança da ONU, reunido no domingo 22, expôs novamente a sua irrelevância. Restou o discurso do representante da Rússia

trais do programa nuclear” iraniano. No melhor dos cenários, o esforço de enriquecimento seria atrasado por alguns meses. Adendo: no início da ação israelense e na decisão de lançar bombas sobre o Irã, o republicano decidiu ignorar os *briefings* das agências de espionagem que descartavam a hipótese de o regime dos aiatolás ter desenvolvido bombas atômicas.

Jeffrey Lewis, especialista em armas e ex-integrante do Departamento de Estado do governo de Joe Biden, avaliou que os cerca de 400 quilos de urânio a 60%, ainda não enriquecido a ponto de prover uma bomba, estavam em túneis na instalação de Isfahan. “Apesar dos ataques massivos israelenses e dos EUA à instalação, não parece ter havido qualquer esforço de destruir os túneis ou o material que estava nele.” Caminhões, observou, circularam nas imediações de Fordow no dia anterior ao ataque, “possivelmente para realocar o equipamento sensível, e certamente cobrir as entradas com areia”. Rabbani, por sua vez, reforça que o Irã “permanece com o conhecimento necessário para reconstituir a totalidade de seu programa”. Somente uma campanha militar terrestre, acredita o especialista, semelhante àquela conduzida por George W. Bush no Iraque em 2003, seria capaz de derrubar o regime e enterrar o desenvolvimento das pesquisas iranianas.

Uma guerra campal seria um pesadelo para Trump. Nem mesmo os mais fanáticos apoiadores do presidente dos EUA apoiam a participação em outra campanha militar. O apresentador de extrema-direita Tucker Carlson tornou-se um crítico feroz da investida no Irã e tem insuflado a insatisfação da base. Marjorie Taylor Greene, conhecida ativis-



A trégua anunciada durará quanto tempo?

ta pró-Trump e atual deputada, tuitou: “Gastei milhões do meu próprio dinheiro e viajei o país inteiro fazendo campanha para o presidente Trump e sua agenda MAGA e suas promessas, que incluíam: ‘Não mais guerras estrangeiras; não mais mudanças de regime; Paz Mundial’. Apenas seis meses e já estamos de volta a guerras estrangeiras, mudança de regime e terceira guerra mundial”.

O professor e pesquisador de estudos militares Hector Saint-Pierre destaca um enorme desgaste dos envolvidos no confronto, “uma certa consciência do fim do equipamento militar de todos os lados, ou seja, o que chamamos de esgotamento tático”. Na leitura de Saint-Pierre, as partes acharam uma forma de sair de um imbróglio indesejado tanto para os EUA quanto para o Irã. Teerã, apesar de celebrar a resistência aos ataques, não teria condições de manter um embate de longa duração, principalmente se houvesse um envolvi-

mento de outros países árabes do Golfo.

A solução “honrosa” materializou-se na maneira como o Irã retaliou o bombardeio norte-americano. Na segunda-feira 23, antes de enviar mísseis em direção a Al-Udeid, base dos EUA no Catar, Teerã avisou à Casa Branca e ao governo catari. Não houve mortos ou feridos. Três horas depois, Trump classificou a retaliação de “fraca”, agradeceu o aviso da diplomacia iraniana e propôs: “É hora da paz”. “O Irã fez a coisa que deveria fazer, ou seja, dar uma resposta interna, calculada, e abrir o caminho para o presidente dos EUA se retirar do conflito”, diz Saint-Pierre. O republicano, por sua vez, poderia argumentar que bombardeou o Irã, “oblitando” o programa nuclear, cooperou com Israel e ofereceu a bandeira branca ao “inimigo”. O “teatro da guerra”, diz ele, permite às partes aproveitar a trégua e se preparar para um segundo round.

P.S.: O Conselho de Segurança das Nações Unidas, reunido no domingo 22, demonstrou outra vez a sua completa inviabilidade como instância de resolução de conflitos. A reunião serviu apenas para Vasily Nebenzya, representante da Rússia, em um discurso irrepreensível, expor a hipocrisia ocidental. ■



Estado fora da lei

► **Habituação a espezinhar as resoluções da ONU, Israel agora incorpora o arbitrário conceito de “guerra preventiva” e sepulta de vez a ordem e o direito internacional**

O conceito de “Estados Bandidos” referido por Bill Clinton foi transformado em “Estados Meliantes” por George W. Bush. Seriam países que agiriam fora da lei, ignorando o direito internacional e agindo pela violência para fazer valer seus interesses. Se existe hoje um Estado que encarna plenamente esse conceito, é Israel.

Israel violou todas as resoluções da ONU que dizem respeito aos direitos dos palestinos. Violou todas as determinações acerca dos desmandos e violência praticados na Cisjordânia e todas as decisões sobre as atrocidades, crimes de guerra e genocídios praticados em Gaza.

Agora, ao atacar o Irã, o Estado de Israel espezinhou as resoluções da ONU acerca da soberania de outros Estados, sobre o não ataque a instalações de beneficiamento de urânio e sobre atos de terrorismo de Estado relacionados a assassinatos de líderes de outros países.

Israel usa e falsifica o direito de autodefesa, transformando-o em direito de ataque, de violência desmedida, de destruição de infraestrutura e de massacres de milhares de inocentes, incluindo crianças e mulheres. Netanyahu e seu governo são

assassinos impiedosos, que não têm medidas para declarar o que são. Ao concluir os EUA a entrarem na guerra contra o Irã, Netanyahu declarou que “primeiro vem a força, depois vem a paz”.

Nenhum líder que tenha pendências com Israel ou os EUA pode se esquecer dessa verdade: os dois Estados usam a força para fazer valer seus interesses e para distorcer o direito internacional a seu favor. Israel se dá o direito de ter armas nucleares e de não assinar o tratado da ONU sobre a não proliferação, mas não quer que o Irã tenha energia nuclear para fins pacíficos.

Os EUA invadiram o Iraque sob a mentira de que aquele país tinha armas de destruição em massa. Agora, não há nenhuma evidência de que o Irã estivesse perto de construir uma bomba atômica. Ao arrepiar o Direito Internacional, Israel e os EUA se julgam portadores de um direito exclusivo de agirem pela força para, supostamente, defender uma ordem pacífica. É a ordem da paz dos cemitérios, do massacre de inocentes, da fome, dos deslocamentos forçados, da destruição dos lares e dos campos.

Israel atacou o Irã brandindo o mesmo conceito arbitrário da “guerra preventiva” arrolado na “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”, definida por George W. Bush e aprovada pelo Congresso. Por essa definição, um Estado (EUA e Israel) se dá o direito de atacar outro mesmo sem que haja um sinal evidente de hostilidade.

A Carta da ONU não autoriza ataques armados sob o patrocínio de qualquer entendimento que se possa ter do conceito de “guerra preventiva”. Somente em dois casos há autorização para uso da força:

1. Em caso de legítima defesa, com a formação de uma coalizão internacional autorizada pelo Conselho de Segurança. **2.** No caso de legítima defesa individual ou coletiva, quando um membro da ONU é atacado por força estrangeira, até que o Conselho de Segurança adote as devidas providências para garantir a paz e a segurança. É claro que Israel se coloca fora e contra a Carta da ONU.

Ao permitir que Israel faça o que faz, o mundo está dizendo que já não existe nem direito nem ordem internacional. Enquanto isso, os líderes europeus se esmeram em afirmar a insignificância da Europa ao poluírem o ar com palavras tingidas de sangue com o apoio que dão a Israel. Esse quadro todo mostra que o mundo aceita como fato que não há mais direito internacional, não há mais ordem e que a humanidade falhou moralmente.

Ninguém deseja que o Irã ou qualquer outro país tenha armas nucleares. O caminho para evitar isso é a negociação. Era o que o Irã vinha fazendo. No passado, Trump rompeu um acordo firmado pelos EUA. Agora mandou bombardear, mesmo com um processo de negociação.

Não se sabe ainda as consequências da “Pax trumpista”. O Irã teve uma derrota militar e política. Israel teve uma vitória militar, mas não política. Os grandes derrotados dessa violência toda são os palestinos: abandonados pelos árabes, usados como massa de manobra pelos aia-tolás, esquecidos pelo mundo, massacrados por Israel, o que lhes resta é enterrar seus mortos. Caminharão sem futuro. Seus olhos verão para sempre lares destruídos e corpos despedaçados. A catástrofe (*Nakba*) parece eterna. •

alfornazieri@gmail.com

O amigo do lado

ANÁLISE A reconexão com vizinhos árabes é uma alternativa para o Irã manter intacto o seu projeto político

POR REGINALDO NASSER, ISABELA AGOSTINELLI E SHAJAR GOLDWASER*

"Aquele que prevê o futuro mente, mesmo quando diz a verdade."

(Provérbio árabe)

Os últimos desdobramentos da crise instaurada no Oriente Médio, desde os ataques do Hamas no 7 de outubro de 2023 e do início do genocídio perpetrado pelos israelenses na Faixa de Gaza, deixaram o mundo em alerta para um possível confronto nuclear entre Irã, de um lado, e Israel e Estados Unidos, do outro. A rapidez com que os acontecimentos se desenrolaram e as informações nebulosas a respeito das motivações e interesses dos principais atores envolvidos nos conflitos desafiaram até mesmo os analistas mais experientes a fornecer explicações precisas e projetar possíveis cenários dessa desordem regional.

Os mísseis lançados por Teerã à base militar estadunidense no Catar, como resposta aos bombardeios realizados pelos EUA às instalações nucleares iranianas, deu a impressão, nas primeiras horas, de um recrudescimento do conflito armado, com possível sinalização para o fechamento do Estreito de Ormuz. Mas, poucas horas depois, Trump anunciava em suas redes sociais um acordo de cessar-fogo entre Israel e Irã.

Em menos de 24 horas, esses episódios revelaram, aparentemente, a imprevisibilidade das lideranças envolvidas e o nível de fragmentação da política externa norte-americana, marcada por divisões internas no Partido Republicano e na própria base trumpista, em especial no movimento do Make America Great Again (MAGA).

A versão de uma "ameaça nuclear iraniana" foi reciclada para justificar ataques preventivos de Israel ao Irã, ecoando o mesmo pretexto utilizado pelos EUA, em 2003, para invadir o Iraque sob a alegação, desmentida, de que Saddam Hussein desenvolvia armas de destruição em massa. Contudo, apesar dos ataques israelenses e estadunidenses, os iranianos mostraram certa resiliência. Diferentemente do Iraque de 2003, o Irã é um país com forte sentimento de unidade nacional e, apesar de mostrar fragilidade no sistema de defesa, foi capaz de demonstrar capacidade ofen-

Há certa insatisfação no país com a postura no conflito da Rússia e da China, aliados poderosos



siva, atingindo significativamente as cidades de Tel-Aviv, Haifa e Jerusalém. Pela primeira vez foi exposta a vulnerabilidade do Domo de Ferro israelense.

As próprias agências de inteligência dos EUA avaliaram que as instalações nucleares do Irã não foram atingidas a ponto de se tornarem inoperantes, como Trump alardeou a fim de justificar a não continuidade dos ataques. De todo modo, como decorrência dos ataques a Gaza, Israel atingiu duramente vários dos aliados iranianos do chamado Eixo de Resistência (Hezbollah e Hamas foram os mais prejudicados), e a queda de Bashar al-Assad na Síria, em dezembro de 2024, intensificou o isolamento militar do regime iraniano, que perdeu um dos principais elementos de sua estratégia de dissuasão utilizada há décadas.

Gostaríamos de destacar o papel que caberá às monarquias do Golfo e, em particular, o Catar nesse momento de gran-



de instabilidade no Oriente Médio. O ataque do Irã ao Catar foi muito mais simbólico e, por paradoxal que possa parecer, deu-se, justamente, por causa do bom relacionamento que ambos os países mantêm há muito tempo. A diplomacia do Catar é *sui generis*: apesar de abrigar bases militares norte-americanas, mantém boas relações com o Hamas e o Irã e goza de grande influência nos EUA, principalmente sob o governo Trump.

O Catar e as outras nações do Golfo observavam o desenrolar da guerra entre Israel e Irã extremamente preocupados com a escalada das ações militares que pudessem prejudicar a fonte principal de seus recursos estratégicos como gás e petróleo. Essas ações permitem que possamos fazer fortes especulações sobre a possibilidade de os iranianos buscarem maior reaproximação com os vizinhos árabes do Golfo, em vez de continuar apostando exclusivamente no apoio

da China e da Rússia, grandes potências que não se envolveram direta ou indiretamente na guerra em Gaza, em particular, e nas tensões no Oriente Médio, em geral.

Embora a China seja a responsável pela compra de 90% do petróleo exportado pelo Irã, garantindo a própria sobrevivência econômica do país persa, essa relação não se traduziu, e são poucas as chances de se traduzir, em apoio militar e político.

Em entrevista a *The Wall Street Journal*, Tino Sanandaji, pesquisador sueco-iraniano da Stockholm School of Economics, mencionou queixas comuns no Irã de que Rússia e China, “em vez de serem verdadeiras amigas, exploram o isolamento do Irã para obter recursos naturais baratos, enquanto vendem equipamentos militares de segunda categoria a preços inflacionados, às vezes nem mesmo entregando o equipamento prometido”. Isso pode indicar que, a partir de

Escombros. Os mísseis israelenses lançados contra Teerã atingiram alvos civis e expuseram a fragilidade do sistema de defesa iraniano

agora, não será apenas uma queixa, mas o regime político iraniano, muito provavelmente, adotará novas estratégias para a sobrevivência de seu projeto político.

Além do Catar, os Emirados Árabes Unidos são um dos maiores parceiros comerciais do Irã, oferecendo possibilidades de conexões na economia global, uma vez que o país enfrenta pesadas sanções ocidentais há muito tempo.

Enquanto isso, o genocídio em Gaza prossegue sem alterar seu curso. A única organização autorizada por Israel a operar na região, a Gaza Humanitarian Foundation (GHF), é financiada pelos EUA e foi denunciada pela Anistia Internacional por diversas violações de direitos humanos. Com o cessar-fogo entre Israel e Irã, o genocídio de palestinos volta a capturar a atenção da comunidade internacional, mas sem nenhum sinal de qualquer tipo de ação mais concreta. De todo modo, voltou a circular nos meios diplomáticos que esse momento de suspensão de hostilidades, ainda que frágil, cria uma oportunidade para avançar nas negociações de trégua entre Israel e o Hamas em Gaza, haja vista a dissonância temporária entre Trump e Israel. ■

**Reginaldo Nasser é professor de Relações Internacionais da PUC-SP, pesquisador no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu) e coordenador do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (Geci) da PUC-SP. Isabela Agostinelli é professora de Relações Internacionais na PUC-SP e Fecap, pesquisadora do INCT-Ineu e do Geci-PUC-SP; Shajar Goldwasser é mestrando em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP) e pesquisador do INCT-Ineu.*

CFK Livre

ARGENTINA Vítima de *lawfare*, Cristina Kirchner mimetiza a campanha de apoio a Lula no Brasil

POR MARTÍN GRANOVSKY*

Acena foi estranha. E por isso certamente será lembrada como um evento histórico. Centenas de milhares de argentinos escutaram em silêncio uma mensagem gravada. Em tempos de frenesi audiovisual, não havia imagem. Nenhum vídeo, nenhuma fotografia, nenhum *reel*, TikTok ou Instagram. Nada. Apenas a voz de Cristina Fernández de Kirchner a ressoar nos alto-falantes instalados na Plaza de Mayo, clássico ponto de encontro das massas desde a revolução anticolonial de 25 de maio de 1910.

A varanda da Casa Rosada, o palácio do governo, estava deserta. O presidente Javier Milei optou por não intervir nem assistir. Ordenou, inclusive, à ministra da Segurança Nacional, Patricia Bullrich, que, desta vez, não colocasse nas ruas as forças de segurança para reprimir manifestações.

A mensagem da ex-presidenta, transmitida à enorme multidão reunida na Plaza de Mayo com cartazes que diziam “Argentina com Cristina”, foi a primeira desde que a Suprema Corte manteve apenas de seis anos de prisão imposta por tribunais inferiores por supostas irregularidades na concessão de obras públicas na província de Santa Cruz, onde seu marido, Néstor Kirchner, foi governador antes de assumir a Presidência em 2003. Além disso, Cristina Kirchner foi impedida de ser eleita ou de ocupar cargos públicos até

o fim da vida. A decisão veio logo após ela anunciar a candidatura a deputada estadual por uma região populosa da província de Buenos Aires, a terceira maior.

Kirchner fez da condenação um marco histórico. afirmou não haver provas suficientes para condená-la e que sua defesa não tinha sido ouvida. Lembrou que em outro junho, em 1955, aviões da Marinha bombardearam a Plaza de Mayo durante o governo de Juan Perón, matando 300 civis, um prelúdio do golpe que o derrubaria em 16 de setembro. Declarou que era mais um exemplo de perseguição ao peronismo, força nascida em 17 de outubro de 1945. Enfatizou que a sentença foi proferida por apenas três magistrados, pois os juizes da Suprema Corte que faleceram ou renunciaram não foram substituídos. Disse que os três – Horacio Rosatti, Carlos Rosenkrantz e Ricardo Lorenzetti – agiam sob ordens do poder econômico, alusão, entre outras, ao Grupo Clarín, a Globo argentina, também dono das empresas Telecom e Telefónica. Concluiu que não sofre uma

simples condenação, mas uma proscrição.

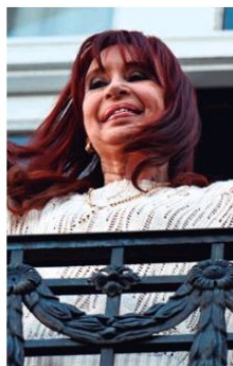
O jornalista Raúl Kollmann, argentino que mais estudou o processo judicial contra a ex-presidenta, conhecido como “Caso das Estradas”, afirma que “ao longo de três anos de julgamento, Cristina não foi mencionada e não foi apresentado um único bate-papo ou e-mail que a vinculasse à construção das estradas em Santa Cruz”. E acrescentou: “As obras foram supervisionadas pela Autoridade Nacional de Rodovias, entidade autônoma, e a auditoria também mostrou que as obras foram bem executadas e que nada foi pago que não tivesse sido construído”.

CFK, como é conhecida no meio político por suas iniciais, enfrenta agora um problema jurídico e político. No âmbito da Justiça, conseguiu a prisão domiciliar por ter mais de 70 anos – está com 72. Optou por não ir para Calafate, na Patagônia, uma das maravilhas turísticas da Argentina, onde possui uma casa. Em vez disso, permaneceu no segundo andar de um prédio localizado na Rua San José, 1.111, bairro de classe média a 2 quilômetros e meio da Plaza de Mayo.

Até o tribunal conceder sua prisão domiciliar, CFK falou diversas vezes da sacada para a multidão que a visita como se fosse um destino de peregrinação. O tribunal ordenou o uso de tornozeleira eletrônica, o que seus advogados consideram desnecessário para alguém que nunca tentou escapar e sempre compareceu às intimações judiciais.

A batalha agora é sobre o direito de visita. Os juizes permitiram a entrada apenas de familiares e advogados. Os demais devem solicitar autorização à Justiça. Entre eles está o presidente Lula. O deputado federal, Paulo Pimenta, do PT, participou da manifestação na Plaza de Mayo em solidariedade. O ex-ministro anunciou que o próprio Lula pretendia visitar a ex-presidente no início de julho, quando irá a Buenos

A ex-presidenta está em prisão domiciliar. O líder petista quer visitá-la



Vigília. Militantes peronistas transformaram em local de peregrinação o apartamento em Buenos Aires no qual Kirchner cumpre a sentença

Aires para uma reunião do Mercosul.

CFK não visitou o petista enquanto ele esteve preso em Curitiba, mas a relação entre os dois sempre foi boa. “Cristina respeita Lula como a um irmão mais velho”, disse um ex-diplomata que conhece de perto a relação entre os dois. “Ela sempre se lembra do carinho que Lula lhe demonstrou quando viajou para a Argentina após a morte de Néstor Kirchner, em 27 de outubro de 2010.” A visita faz parte de uma estratégia internacional: embora a popularidade global de ambos os líderes não seja a mesma, assim como houve uma campanha “Lula Livre”, a intenção é lançar uma campanha “Cristina Livre”.

O principal desafio de CFK é, no entanto, político. Ela continua a ser um nome muito importante do peronismo, mas deixou de ser a líder indiscutível dessa corrente. A condenação reativou os reflexos defensivos do kirchnerismo e a solidariedade com a ex-presidenta, mas ela ainda

não logrou reduzir a taxa de rejeição acima de 50% em todas as pesquisas de opinião. O peronismo, após a derrota para Milei em 2023, passou por um terremoto. Como diz o líder Juan Manuel Olmos, “tornou-se um arquipélago”. Uma fragmentação que não tem mais a articulação habitual entre governadores estaduais, líderes sindicais e parte dos legisladores.

Enquanto alguns governadores se aproximaram da Casa Rosada, numa espécie de fisiologismo à brasileira, mas sem deixar formalmente os partidos, surgiu como figura anti-Milei o governador Axel Kicillof, do estado de Buenos Aires, com 17 milhões de habitantes. Localizado no centro-esquerda do peronismo e ex-ministro da Economia de CFK, Kicillof não declarou publicamente a intenção de disputar a Presidência em 2027. Parece, no entanto, uma figura poderosa. Não por outro motivo, Milei o escolheu como alvo a ser des-

truído nas eleições legislativas deste ano. Como as pesquisas revelam que a honestidade de Kicillof é inquestionável, a extrema-direita quer apresentá-lo como o governador que não consegue controlar o suposto “banho de sangue” causado pela insegurança. A campanha suja, especialmente nas redes sociais, ignora o fato de que, em 2024, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi de apenas 4,34.

Kicillof participa da campanha “CFK Livre”, mas atualmente discute com o filho da ex-presidenta, o deputado federal Máximo Kirchner, o reconhecimento de sua posição não apenas como governador, mas também como líder político com poder de decisão. ■

**Martín Granovsky é colunista do jornal argentino Página/12, diretor do site “Y ahora qué” e comentarista do programa de televisão QR.*

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

São João na fogueira

CULTURA POPULAR Movimentos pelo “forró autêntico” tentam conter a descaracterização das festas juninas do Nordeste

POR AUGUSTO DINIZ

Quando a cidade de Patos apresentou a programação oficial da Festa de São João deste ano, uma das mais conhecidas da região, a Associação dos Forrozeiros da Paraíba divulgou uma nota de repúdio contestando a grade de atrações do evento e exortando o forró tradicional.

Na abertura da manifestação escrita, uma pergunta: “A Paraíba deixou de ter artistas da arte forrozeira?”

As atrações principais da programação de Patos eram as duplas sertanejas Henrique e Juliano e Bruno e Marrone. Dentre os convidados estava ainda o cearense Wesley Safadão, um dos maiores nomes do forró eletrônico, gênero surgido em Fortaleza na década de 1990, com a popularização da banda Mastruz com Leite.

No Nordeste, o forró considerado autêntico é aquele eternizado por Luiz Gonzaga, tendo como elementos-base a sanfona, a zabumba e o triângulo. O forró eletrônico, subgênero do autêntico, incorporou efeitos sonoros, teclados e dançarinos.

“Nada contra nenhum estilo, mas a gente vê a inundação de sertanejo, do funk, da axé e até da música eletrônica nas festas de São João”, diz Alexandre Pé de Serra, cantor e compositor com 25 anos de carreira e dez álbuns gravados, e presidente da Associação dos Forrozeiros da Paraíba.

Ele conta que a entidade tem dialogado

com secretários de Cultura dos municípios sobre a valorização do forró autêntico: “O turista de fora vem para o Nordeste para ver a nossa cultura, não o modismo”.

No Vale do Jiquiriçá foi criado, este ano, o Movimento dos Forrozeiros Raiz da Bahia. Seu idealizador, Ednaldo Santana Forrozeiro, diz que, de dez anos para cá, caiu muito a presença de artistas do chamado forró pé de serra nos festejos.

“Isso é uma falta de sensibilidade cultural dos contratantes e gestores públicos”, afirma. Amargosa, no Vale do Jiquiriçá, é considerado um dos municípios baianos mais representativos do forró autêntico.

Um mês antes do início dos festejos juninos, o movimento entregou uma carta ao governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, alertando para a situação e cobrando a valorização dos artistas locais nos eventos. Um dos pedidos era para que eles fossem priorizados pela Superinten-

dência de Fomento do Estado (Sufotur) nas festas de São João.

Embora critique a presença de outros gêneros em detrimento dos ritmos tradicionais, Ednaldo não torce o nariz para as bandas de forró eletrônico. “A gente chama de ‘forró de plástico’. Não é forró autêntico, mas é forró.”

O pesquisador e crítico de música José Teles explica que o forró, nos anos 1980, formou uma nova geração de forrozeiros, como Jorge de Altinho, Maciel Melo e Petrucio Amorim. “Embora tenha feito muito sucesso, esse pessoal ficou preso ao modelo antigo do mercado”, avalia.

Cabe observar aqui que a indústria fonográfica passou por uma grande transformação a partir dos anos 1990 – com a pirataria de CDs e, depois, a música digital – e, desde então, os shows foram se tornando a principal fonte de renda dos artistas.

Teles lembra que, naquela época, empresários de forró eletrônico passaram a controlar emissoras e programas de rádio no Nordeste, para divulgar seu *cast*. “O forrozeiro autêntico ficou preso em vender o CD. Não tinha a mesma estrutura das bandas de forró eletrônico, que foram conquistando público”, explica ele.

Segundo o pesquisador, a nova geração acha que o forró eletrônico tocado hoje é o forró tradicional, pois este fica restrito, em geral, aos palcos secundários das grandes festas juninas, como as de Campina Grande e Caruaru.

Em Pernambuco, há um Projeto de Lei que estabelece percentual mínimo a ser aplicado na contratação de artistas locais



Os defensores do forró autêntico são unânimes ao afirmar que as festas de São João estão se transformando em grandes festivais com diferentes gêneros musicais, em que as tradições estão sendo deixadas de lado – como trios de forró, cirandeiros e quadrilhas juninas.

Além disso, há uma preferência dos municípios por atrair multidões com artistas de expressão nacional, em detrimento de prestigiar a cultura local.

O Movimento em Defesa dos Sanfoneiros e Trios Pé de Serra de Pernambuco, criado em 2024, pressiona os deputados da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) a defender a garantia de espaço para eles nos festejos públicos.

Desde 2023 tramita na Casa um Projeto de Lei que regulamenta a destinação

de recursos públicos para as festividades juninas e estabelece percentual mínimo a ser aplicado na contratação de “artistas e conjuntos musicais que representem a cultura popular do gênero forró”. O texto do PL descreve o “potencial” do forró como “gerador de emprego e renda para a população local”.

“Nessas festas, vem um cara de fora, que não tem nada a ver com a cultura raiz, e reúne 1 milhão de pessoas. Infelizmente, grande parte gosta desses espetáculos”, diz Ruy Sarinho, um dos líderes desse movimento que visa também conscientizar os próprios forrozeiros. “Um dos objetivos principais da criação desse grupo é conscientizar esse pessoal de que, sozinho, não se vai fazer nada.”

Arraiá estilizado. Nas maiores festas, como a de Caruaru (PE), os forrozeiros e sanfoneiros tradicionais tendem a ser relegados aos palcos secundários

Manoel Felipe, que realiza festivais de sanfoneiros desde os anos 1980 no interior de Pernambuco, conta que Afogados da Ingazeira e São José do Egito, no Sertão do Pajeú, são exemplos de cidades que ainda preservam as tradições juninas. “O que a gente quer é manter a essência”, destaca.

As festas juninas acontecem em todos os municípios do Nordeste, a partir de maio, estendendo-se até julho. A descaracterização dos festejos não é nova, mas o fortalecimento dos movimentos que procuram contê-la parece ser. •

O motor ainda vivo de Eco

LITERATURA *Baudolino*, romance medieval de aventura, é carregado de detalhes luminosos e situações rocambolistas

POR KELVIN FALCÃO KLEIN

O grande feito do escritor italiano Umberto Eco (1932–2016) foi o de ter encontrado um ponto intermediário entre a erudição acadêmica e a fórmula romanesca de apelo às massas. Os dois lados de sua vida se complementavam. Enquanto levava à universidade aquilo que o “mundo” oferecia – HQs, filmes de Hollywood, escândalos políticos –, ele dava ao mundo, com seus romances, um sabor do detalhismo enciclopédico de suas pesquisas eruditas.

A sua formação como medievalista deu-se em paralelo à formação como leitor onívoro de todos os gêneros. Foi da combinação desses dois planos que surgiu seu peculiar modo de produzir.

Na literatura, Eco começa como autor de livros infantis, nos anos 1960. O ponto de transformação se dá com *O Nome da Rosa* (1980), romance policial passado em 1327, em um monastério beneditino.

Duas décadas depois, Eco volta à Idade Média com *Baudolino* (2000), um romance de aventuras carregado de detalhes luminosos e situações rocambolistas – agora relançado no Brasil. O tom, desde o início, nos leva para outro mundo, outro registro da realidade: “Aquela manhã de quarta-feira, 14 de abril do ano do Senhor de 1204, ou seja, seis mil setecen-

tos e doze desde o início do mundo, como se costumava calcular em Bizâncio, era já o segundo dia desde que os bárbaros haviam tomado posse de Constantinopla”.

O protagonista é Baudolino, jovem camponês adotado pelo imperador Frederico Barba Ruiva, cujo poder e recursos permitem uma exploração inaudita de territórios. Da religião às viagens marítimas, passando pelas crônicas e lendas, Baudolino funciona como um ponto de condensação das mais variadas sobreposições históricas.



BAUDOLINO
Umberto Eco. Tradução: Marco Lucchesi. Record (460 págs., 70,90 reais)

“A invenção de Baudolino”, escreve Eco durante uma batalha, “que deveria ter obnubilado as mentes dos sitiados, obnubilou aquela dos sitiados: os balisteiros tentavam jogar-se para baixo, mas logo que tocavam o chão os alexandrinos estavam lá para acertá-los com pauladas na cabeça, uma torre primeiro se inclinou e depois tombou, indo espalhar chamas entre a cavalaria do bispo.”

Com o recurso desse protagonismo de Baudolino – um Forrest Gump da Idade Média, ou um Dom Quixote *avant la lettre* –, Eco cobre um enorme terreno, misturando fatos e fantasia com uma trama que vai do Santo Sudário às Cruzadas.

Por conta desse ritmo vertiginoso, é preciso entender desde a primeira página qual é o campo de atuação de Eco: ele quer levar o leitor a uma viagem sem grandes amarras ou ancoragens, em um voo da imaginação que se alimenta dos fatos, mas que não se submete a eles.

Ao mesmo tempo, é inegável que a formação acadêmica do autor é um elemento determinante na experiência de leitura de seus romances. O leitor confia que não se trata de algo leviano – por mais imaginativo que seja –, ou seja, que sempre haverá uma espécie de estrutura fidedigna por trás de suas histórias.

Para além de todos os elementos permanece – no caso do livro *Baudolino* – a solidez de uma história dinâmica e bem contada, com personagens atraentes e pitorescos. Fica sempre em suspensão, a cada página, a determinação definitiva do destino de Baudolino.

Se hoje ele está na destruição de Milão, como ontem esteve na construção de Alexandria, quem pode dizer onde estará amanhã? É no interior desse “não saber” – desse espaço onde muitas coisas são possíveis, mesmo que não prováveis – que Eco posicionou o motor de sua ficção, que segue em movimento ainda hoje. ■



Prodigioso. Eco achou um ponto intermediário entre a erudição e o apelo às massas

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA



A Vento Leste Editora lançou a **Coleção Rosa Brava**, dedicada a obras que exploram questões e histórias femininas, especialmente aquelas vividas no século XXI. Os três primeiros títulos são das brasileiras Ana Dalle Vedove, Juliana Corsi e Juliana Monteiro.



Em **Uma Delicada Coleção de Ausências** (Companhia das Letras, 288 págs., 69,90 reais), Aline Bei retoma seus temas – maternidade, infância e memórias –, mas muda a forma de narrar. A diagramação, com amplos espaços nas margens e linhas curtas, reflete a sua busca formal.



Publicado em 1952, **Homem Invisível** (574 págs., 79,90 reais), de Ralph Ellison (1914–1994), tornou-se um clássico. O protagonista do romance, que a José Olympio recoloca nas livrarias, é um jovem negro que migra do Sul racista dos Estados Unidos em busca de oportunidades em Nova York.

O editor, com recato, se revela

PROTAGONISTA Luiz Schwarcz, fundador da Companhia das Letras, olha para si, para sua profissão e para o mercado editorial

POR ANA PAULA SOUSA

As memórias de Luiz Schwarcz são narradas a partir de uma recusa: a do autoelogio. O editor, por temperamento e princípio, parece cultivar, tanto voluntária quanto involuntariamente, o recato.

Essa característica, não por acaso, foi citada em algumas das entrevistas concedidas pelo fundador e principal executivo da Companhia das Letras ao longo do último mês para a divulgação de *O Primeiro Leitor*. Com *CartaCapital*, não seria diferente.

Schwarcz me recebeu em sua sala, na sede da editora, no Itaim Bibi, em São Paulo, poucos dias depois de ter estado no programa *Roda Viva*, da TV Cultura. No centro da roda, dissera: “Tentei fazer uma memória que não é aquela do eu grandioso. Tive esse recato: como fazer um livro de memórias em que eu não fosse o centro”.

Atável no trato e cuidadoso nas respostas, Schwarcz parece, de fato, ser tomado por certo desconforto quando nota que o interlocutor arrisca-se a atribuir-lhe algum tipo de aura: “Eu realmente detesto a ideia de ser colocado num certo pedestal”. Ele prefere, como fica evidente em *O Primeiro Leitor*, atribuir o sucesso de seu empreendi-

mento ao acaso, ao sonho, à obstinação e às pessoas que cruzaram seu caminho.

O livro, que traz o subtítulo “Ensaio de Memória”, é uma derivação do anterior, *O Ar Que Me Falta* (2021), definido como “um sensível relato sobre família, culpa e depressão”. Houve amigos-leitores que lhe disseram ter sentido falta, ali, do Luiz editor. É justamente esse Luiz que se desvela no harmonioso conjunto de escritos que compõem *O Primeiro Leitor*. A conectar os ensaios está algo que, certamente, une também o autor a seus potenciais leitores: o afeto pe-

lo “misterioso produto chamado livro”.

Na sala de Schwarcz há, obviamente, muitos desses produtos. Não tantos a ponto de não haver ali espaço para gravuras, miniaturas e outros objetos e nem tão poucos que se possa, deles, depreender algo sobre a seleção. O Luiz leitor, hoje, exercita sua paixão em algumas horas do dia passadas em casa e, com mais demora, nas férias.

Na entrevista, ele contou que havia terminado *A Contagem dos Sonhos*, de Chimamanda Ngozi Adichie, autora que, logo depois, chegaria ao Brasil para participar de uma série de eventos, e começou *A Pele em Flor*, de Vinícius Neves Mariano. Ela é editada pela Companhia das Letras e ele pela Alfaguara – um dos 19 selos do grupo.

A empresa criada em 1986 agigantou-se. Schwarcz lembra que a fundou “com 140 mil reais” e que, de saída, tomou uma decisão pouco usual: não trabalharia com uma distribuidora. “A gente tinha contato com as livrarias, e ia entregar os livros. Entreguei muitos pacotes de livros”, diz, sorrindo. Hoje, o grupo lança 300 livros por ano e tem um depósito de 13 mil metros quadrados na região de Guarulhos, na Grande São Paulo.

Em 2012, a Penguin Random House, maior grupo editorial do mundo, comprou 45% de participação na editora. Em 2018, o controle passou a ser de 70%. Vieram assim os novos selos e uma grande mudança no perfil – que não deixa de espelhar as mudanças pelas quais passou o País nesses 40 anos.

“Hoje, o maior índice de leitura”, diz, “está nas classes B e C, não na classe A”. Isso se deve, na sua avaliação, tanto às políticas mais amplas de distribuição de renda quanto aos programas de compra de livros pelos governos, que têm papel central na formação de leitores.

“Se a Companhia das Letras seguisse



igual depois das políticas de distribuição de renda, teríamos virado uma editora de nicho. E seríamos menos interessantes”, afirma, chamando a atenção para o risco do elitismo, comum nessa atividade. Em *O Primeiro Leitor*, ele recorda que, ao criar selos populares, a editora recebeu várias críticas – muitas vindas de “leitores que representam as classes trabalhadoras”.

“Os livros comerciais podem ter um tratamento mais superficial dos personagens, mas têm, por outro lado, uma narrativa mais ágil”, reflete o editor que, ao abrir a própria empresa, disse: “Só editarei livros que eu gostar de ler”. Alfredo Machado, fundador da Editora Record, devolveu então: “Ou o gosto desse rapaz é muito ruim ou ele vai perder muito dinheiro”.

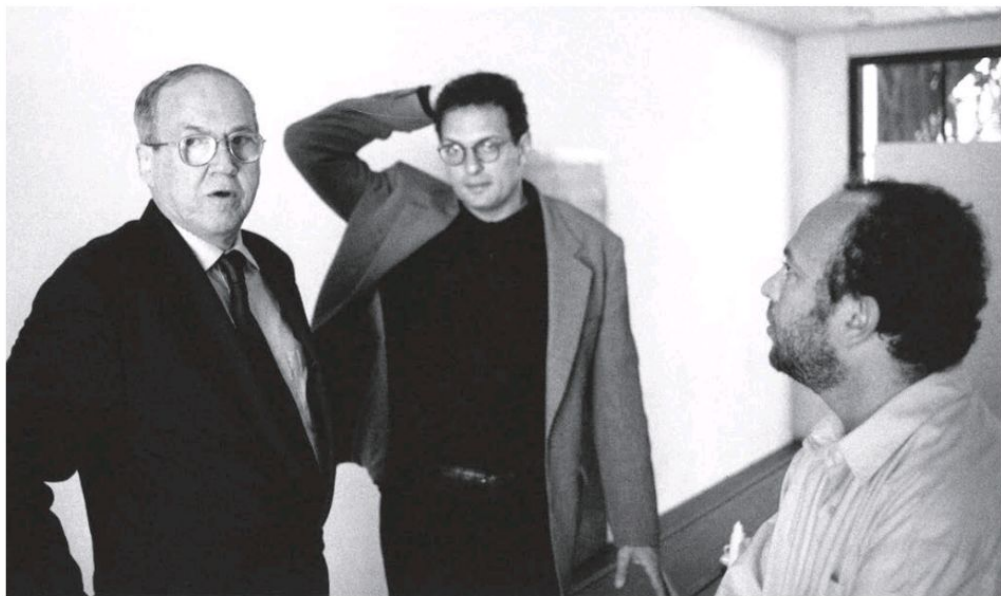
Como e por que escolher o que publicar? Embora não seja proposta por Schwarcz, esta pergunta está subjacente em vários de seus textos. O trabalho de um editor contém em si vários trabalhos. E ele os descreve a partir de seu modo de trabalhar, mas também por meio de bonitos perfis – alguns breves, outros mais longos – de colegas de ofício.

Entre eles estão Alfred Knopf, um apaixonado pela tipologia e pelo acabamento dos livros; Allen Lane, criador da coleção de bolso da Penguin; e os brasileiros José Olympio, Jorge Zahar e Caio Graco – esses dois últimos, centrais na trajetória de Schwarcz, merecem tratamento de “pais postigos”.

“Encontrar bons livros não é mais que a obrigação de um editor”, escreve. Uma das coisas que um editor deve fazer é buscar detalhes escondidos no texto. Não há, porém, a seu ver, qualquer viés artístico ou autoral nisso. E, seja qual for o papel exercido, o mérito do editor terá sido sempre “indireto” e “remoto”.



Autor e leitor. Os livros são, “fora dos divãs, o melhor espelho da nossa imperfeição”



Nada, para Schwarz, é mais importante na vida desse profissional do que a descoberta de um talento. Ele não se vangloria dos que descobriu, mas desfruta, nos textos, daquilo que as amizades e as relações com alguns grandes talentos lhe propiciaram.

Tecidos a partir dos sentidos da amizade, esses ensaios soam, às vezes, a crônicas – marcadas, inclusive, pelo humor, extraído sobretudo de gafes. Ele nos conta histórias de figuras como Susan Sontag, com quem dividia o gosto pela música clássica; Rubem Fonseca, com quem teve um rompimento amargo; Amos Oz, que comparava a escrita de um livro a uma gestação; Paulo Francis, de quem revela os gestos afetuosos; e José Saramago, que, nas vindas a São Paulo, se hospedava em sua na casa.

Ao modo introvertido do autor, muitos desses textos são declarações de amor tanto às pessoas retratadas quanto aos livros – justamente



Amizades literárias. Com Paulo Francis, de quem descreve os gestos afetuosos; e com Saramago, que, quando estava em São Paulo, se hospedava na casa do editor

o elo a uni-lo a seus personagens reais.

Foram também os livros o elo a ligá-lo à mãe. Quando, adoentada, sua mãe passava longuíssimas horas deitada, ele lia para ela. O livro que marca sua infância é *Os Meninos da Rua Paulo*, de Ferenc Molnár. “Voltei de um acampamento, onde sofri bullying, e fiquei de cama. Meu pai me deu esse livro, e me identifiquei muito com o herói.”

Herman Hesse e Charles Dickens foram outros a pavimentar o caminho do jovem leitor que, aos 16 anos, seria arrebatado por *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.

O acaso – somado à obstinação e ao sonho – fez com que fosse de Barreto o primeiro livro a editar: a coletânea *A Nova Califórnia: Contos*, publicado pela Brasileira, lugar onde seu futuro foi forja-

do. Décadas depois, caberia à sua mulher, a antropóloga e historiadora Lília Schwarcz, a grande biografia do escritor, *Lima Barreto – Triste Visionário*.

Embora o desenrolar dos afetos responda por boa parte do prazer da leitura de *O Primeiro Leitor*, há uma segunda camada, muito bem explorada, que é do retrato do mercado editorial. Luiz Schwarcz sabe tudo dele, e não se furta a dividir seu funcionamento com quem o lê.

“Um livro não é apenas um produto subjetivo, artesanal ou artístico; faz parte, simultaneamente, de uma rede comercial que envolve editoras, livrarias e consumidores”, escreve ele. “Assim, a pergunta que resta é: como os editores podem ser respeitosos com todos esses elementos singulares do livro num mercado em que a competição por exposição e sucesso é cada vez mais selvagem?”

Dentro do grupo que comanda, a competição é, inclusive, interna. “Às vezes, um livro da editora não tem espaço por causa de outro livro da editora”, diz. “Nos anos 1990, a gente tinha boa parte dos livros de literatura. Hoje, vemos editoras pequenas com compromisso exclusivamente literário. E a imprensa também era outra.”

Schwarcz lembra que, 30 anos atrás, era relativamente comum um livro da Companhia das Letras estampar a capa dos cadernos de cultura dos três maiores jornais do País. “Agora isso é impossível”, afirma. A relação da editora com a imprensa era, à altura, tão azeitada que houve até quem alfinetasse: ele era melhor divulgador que editor. Atualmente, a divulgação passa muito pelas redes sociais, pelos *influencers* e pelos eventos. “Há várias coisas que estranhamos”, admite.

Uma das novas características do mer-

“Se a Companhia das Letras seguisse igual depois das políticas de distribuição de renda, teríamos virado uma editora de nicho”

cado é o fato de o sucesso de uma obra poder se dar anos após a publicação. Ele cita a norte-americana Colleen Hoover, tornada um fenômeno no TikTok durante a pandemia. Seu grande sucesso, *É Assim Que Acaba*, de 2016, foi parar na lista dos mais vendidos em 2022 – e lá permanece.

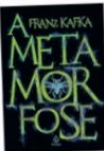
“A lista dos mais vendidos da Amazon, que domina 50% do mercado, tem vários livros que não são novos”, observa o editor. “Os livros demoram mais para pegar. Com isso, a gente tem de trabalhá-los por muito tempo.” Os autores,

por sua vez, têm de subir aos palcos dos festivais literários e, preferencialmente, ter redes sociais – Schwarcz tem uma conta para, basicamente, acompanhar os *posts* da editora e de Lília.

Aos 69 anos, o editor que revolucionou o mercado em que atua é uma figura distante daquela que descreve ter sido, em fases da juventude, arrogante e acometido por episódios de mania. Foi o passar do tempo, certamente, que o fez mudar. Mas não o tempo sozinho. O tempo e os livros.

É luminoso o capítulo em que ele recorre a William Faulkner e Georges Simenon para refletir sobre o silêncio e o tempo: “Talvez se possa até dizer que a literatura nada mais é do que o encontro de dois silêncios separados no tempo – o do escritor e o do leitor”. O leitor, para Schwarcz, “habita todo o espaço em branco de um livro”. E se amamos os livros, diz, é “por serem, fora dos divãs, o melhor espelho da nossa imperfeição”.

Mais Vendidos em Literatura e Ficção

#1  Contrato de silêncio: rejeitada no altar pelo... Manoela Barri ★★★★★ 918 eBook Kindle R\$ 1,99	#2  Perfeita Indecisão Izzy Piedra ★★★★★ 8.822 eBook Kindle R\$ 2,99	#3  A metamorfose: DIE VERWANDLUNG Franz Kafka ★★★★★ 7.026 Capa comum R\$ 17,91 3 Formatos disponíveis
#4  A hora da estrela: Edição comemorativa Clarice Lispector ★★★★★ 17.135 Capa comum R\$ 27,90 4 Formatos disponíveis	#5  A Noiva Trocada do Malicioso Bastardo... MAYO ★★★★★ 275 eBook Kindle R\$ 1,99	#6  A BABÁ DA FILHA DO CONSIGLHEIRO... ANGEL LOPEZ ★★★★★ 164 eBook Kindle R\$ 1,99

Nova configuração. Atualmente, a lista dos mais vendidos da Amazon tem vários livros que não são lançamentos

AFONSIÑO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Gols globalizados

► A forma como se deram as vitórias brasileiras na Copa do Mundo de Clubes são significativas para o nosso futebol

A primeira fase desta Copa do Mundo de Clubes da Federação Internacional de Futebol (Fifa) cumpriu seu objetivo primordial: globalizar o futebol em uma competição planetária.

A partir de agora, os arranjos se adaptarão às circunstâncias e aos interesses da entidade. O futuro pode trilhar novos caminhos, enquanto se discute a periodicidade do Mundial de Clubes e o status da Copa do Mundo de Seleções.

Esta última, embora sem alterações de curto prazo, perdeu sua supremacia em termos de melhor futebol, devido ao tempo exíguo e ao acúmulo de competições.

A Europa, com a Uefa e suas próprias disputas, mantém diferenças com a Fifa, e o cenário global do futebol está em constante movimento.

Há uma discussão, atualmente, sobre o "Fair Play Financeiro", que provoca uma disputa acirrada por parte dos novos investidores, principalmente americanos e árabes.

Nesta primeira fase, praticamente não houve grandes surpresas. Alguns clubes mais tradicionais, como Boca Juniors, Porto e Atlético de Madrid, foram eliminados. Não surgiram, porém, as chamadas zebras. Agora, o foco volta-se para as oitavas de final e as fases seguintes.

Os clubes sul-americanos obtiveram resultados expressivos, reacendendo a antiga pretensão da unificação do calendário – que, bem sabemos, é dificultada pelas diferenças geográficas.

As vitórias brasileiras e a forma como foram conquistadas até aqui são significativas para o nosso futebol. Flamengo, Fluminense e Palmeiras enfrentaram complicações em seus jogos, mas conseguiram superá-las.

Ao Botafogo coube a vitória mais notável, na partida que terminou em 1x0 contra o Paris Saint-Germain.

O resultado impressionou não só por dar-se contra o campeão europeu de conquista recente, mas pela maneira como o jogo se desenvolveu. A partida começou dentro da lógica esperada: o PSG, favorito incontestável, atacava em ritmo normal.

Acontece que no futebol, ao contrário de outros esportes – como o basquete, que, em geral, tem resultados mais previsíveis –, raramente existe um "jogo normal".

O Botafogo, apresentando-se como o campeão da América e enfrentando o adversário a ser batido no grupo considerado o mais complicado, encontrou motivação extra.

O time carioca conseguiu um gol em condições raras, graças ao excelente momento de Ygor Jesus, quase sozinho como opção de ataque.

A partir daí, o jogo transformou-se, ganhando outras características e culminando na vitória, confirmada posteriormente pelos bons resultados dos demais representantes brasileiros.

Muitas são as considerações para se compreender a campanha inicial dos ti-

mes neste Mundial. As diferentes fases de suas temporadas – alguns em final, outros no meio – impactam o plano físico, o que pode ter sido relevante. O PSG, por exemplo, vinha de uma goleada de 4x0 sobre o Atlético de Madrid.

Outro ponto levantado é o das condições climáticas opostas entre os hemisférios. Isso, de fato, pesa. Mas não explica totalmente o desfecho. Este cenário, se bem aproveitado, pode impulsionar o futebol da América.

Cabe lembrar que, nesta primeira fase, algumas partidas foram marcadas por condições climáticas severas, com jogos interrompidos e equipes visivelmente desgastadas pelo calor extremo.

As reações nos meios de comunicação foram imediatas, com algumas expressões interessantes.

O jornal *As*, da Espanha, usou a seguinte expressão para definir a performance do Botafogo: "Rochoso na defesa e uma vespa no contra-ataque".

Os treinadores tiveram suas atuações testadas. Renato Paiva, do Botafogo, aproveitou a repercussão da boa atuação de sua equipe para exaltar os colegas de profissão, elogiando tanto os brasileiros quanto os estrangeiros.

No plano individual, o Mundial também já aponta para o surgimento de revelações promissoras e a confirmação de outras. Um exemplo é o jogador palmeirense Estevão, que está de malas prontas para o Chelsea, da Inglaterra.

Destaca-se também o jovem argentino Montoro, recentemente contratado pelo Botafogo. Em campo contra o PSG, Montoro mostrou uma desenvoltura impressionante. •

redacao@cartacapital.com.br

ELNARA NEGRI

Livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP e pneumologista do Núcleo Avançado de Tórax do Hospital Sírio-Libanês



A dor como herança

► Um estudo demonstra a ocorrência de mutações genéticas específicas induzidas por violência sofrida pela gestante e transmitidas ao longo de três gerações consecutivas

Embora o mundo tenha sido palco de inúmeras guerras, vivemos atualmente o horror da guerra transmitida ao vivo para dentro de nossas casas pelos meios de comunicação e pelas redes sociais. Isso, com certeza, nos causa ansiedade e tristeza, que se infiltram em nossas mentes.

Seguimos envenenados e impactados vendo o sofrimento de nossos semelhantes – e assim adoecemos. Imaginemos, então, qual é o impacto na saúde de quem está sobrevivendo nessas áreas de conflito.

Tentando ajudar a mitigar e prevenir efeitos futuros nos sobreviventes, vários estudos têm sido feitos na área da saúde nessas regiões.

Alguns mostram impactos nocivos mais óbvios, como ferimentos, exposição à poluição tóxica das explosões, aumento da incidência de câncer associado a substâncias poluentes, dificuldade de acesso a medicamentos de uso crônico e ao tratamento de doenças preexistentes, desnutrição, doenças secundárias à falta de saneamento básico e água potável etc.

Impressionante, no entanto, é um estudo publicado há algumas semanas por um grupo de pesquisadores associados de várias universidades americanas, entre elas Yale, em parceria com a Universidade Haxemita da Jordânia.

Esses pesquisadores conseguiram

mostrar, pela primeira vez, que gestantes submetidas a violência nas áreas de guerra da Síria, transmitiam alterações genéticas e mutações para os fetos, e que tais mutações seguiam sendo transmitidas hereditariamente durante três gerações. O estudo foi feito com famílias de refugiados sírios acolhidos na Jordânia desde 1980.

Sabemos, há muito tempo, que o trauma materno afeta a saúde do feto com impactos inclusive durante a vida adulta. Drogas, álcool, fumo, poluição e medicamentos usados durante a gravidez podem causar modificações epigenéticas, como a metilação do DNA, e disfunção orgânica no feto.

Deficiências de nutrientes na mãe prejudicam o desenvolvimento fetal, induzindo baixo peso ao nascer e aumento de risco de doença cardiovascular na vida adulta.

O feto é capaz de “perceber” as pistas ambientais do meio externo e, a partir disso, moldar-se a esse meio, desenvolvendo características adaptativas para conseguir nele sobreviver.

Acreditava-se que os efeitos do estresse materno eram transmitidos da mãe para o feto por alterações hormonais,

como aumento de adrenalina e cortisol no sangue placentário.

Esse estudo, no entanto, mostra pela primeira vez a ocorrência de mutações genéticas específicas induzidas por violência sofrida pela gestante e transmitidas ao longo de três gerações consecutivas.

Uma observação interessante e dramática foi a constatação da mutação genética associada à aceleração do envelhecimento na vida adulta de indivíduos expostos a violência na fase intrauterina.

A presença de uma assinatura epigenética hereditária de violência tem implicações importantes para entender e abordar problemas sociais graves, incluindo ciclos multigeracionais de violência, abuso e pobreza.

O estudo traz informações valiosas para a criação de políticas públicas preventivas, com intervenção precoce, e dirigidas a quebrar o ciclo de violência e destruição em gerações vítimas e descendentes de vítimas de violência extrema.

Quem sabe ele contribua para a reparação do tecido social destruído pela violência, em prol de um mundo melhor para todos. Tenhamos esperança. •

redacao@cartacapital.com.br



Traumas. O estudo foi feito com refugiados sírios acolhidos na Jordânia desde 1980



POLÍTICA NA VEIA



Política na Veia é o podcast semanal de política da *CartaCapital*. A cada semana, Sergio Lirio (*CartaCapital*), Claudio Couto (*Fora da Política não há Solução*) e Luis Nassif (*GGN*) discutem os principais assuntos do cenário político em conversas profundas, com análises objetivas e opiniões contundentes sobre a política nacional.



SE VOCÊ TEM POLÍTICA NO SANGUE,
OUÇA **POLÍTICA NA VEIA**

TODA QUARTA-FEIRA,

NO SPOTIFY, YOUTUBE E NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE ÁUDIO.



Carta

Papel planta ÁRVORES

Todos os dias, no Brasil, são plantadas 1,5 milhão de árvores para a fabricação de celulose e de papel.

Boa notícia para os consumidores que preferem ler jornais, revistas e livros impressos. Depois de ler, compartilhe e recicle!



Saiba mais



lovepaper.org.br

Fundada em 2008, Two Sides é uma iniciativa global, sem fins lucrativos, que divulga os atributos únicos, sustentáveis e atraentes do papel e das embalagens de papel, bem como esclarece equívocos comuns sobre seus impactos ambientais. Two Sides é uma colaboração de empresas de celulose, papel, embalagens, gráficas, editoras, jornais e revistas e opera na Europa, América do Norte e do Sul, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Papel, cartão e papelão são recicláveis biodegradáveis e provêm de florestas cultivadas.

Papel, cartão e
papelão: uma ótima
história ambiental
para contar



twosides.org.br